

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026
PROCESSO Nº:	P514480/2025
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES IV (EMH IV), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

A titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no DOM e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.608**, de 31 de março de 2023, **nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **nº 15.604**, de 28 de março de 2023 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **DO TIPO DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** POR DEMANDA
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

***DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sites compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do site: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

***DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 28/04/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 12/05/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 12/05/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

SUMÁRIO:

1.	DO OBJETO.....
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....
8.	DOS RECURSOS.....
9.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....
10.	DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....
11.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA.....
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026
(Processo Administrativo nº P514480/2025)

1. OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é **A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES IV (EMH IV), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

1.2. A licitação será dividida em **GRUPO/ITENS**, conforme tabela constante do Anexo I - Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticada diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O presente certame encontra-se dividido da seguinte forma:

2.5.1. O **GRUPO 1 (ITENS 01 A 07)** e os **ITENS 08, 10 e 12** estão para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, onde poderão participar quaisquer interessados.

2.5.2. Os **ITENS 09, 11 e 13** estão para **COTA RESERVADA** e os **ITENS 14, 15 e 16** estão como **EXCLUSIVO** às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e/ou as cooperativas, que



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

se enquadrem no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2.5.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6.1. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal nº 13.735/2016, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

2.6.2. Não havendo vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, este poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado, ou apresentem proposta aceitável pela Administração.

2.6.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

2.6.4. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

2.6.5. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, **conforme justificativa no ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO;**

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o **item 2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRAGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VII** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL, os preços referentes a cada grupo/item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital.

4.1.2. Valor total do item;

4.1.3. Marca;

4.1.4. Fabricante;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência

4.1.6. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.7. Os preços deverão ser expressos em reais, **com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais**, inclusive em



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado na **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**, que terá **caráter sigiloso, conforme JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO ORÇAMENTO SIGILOSO**, presente nos autos do processo em epígrafe, até o final da licitação e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, na disputa de lances, o lance final, deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante da **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I - Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 4.9**.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do **ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

5.14.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.2.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.9 e 3.5** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I - Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Anexo I - Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no **Anexo I - Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou **Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR.**

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Não será admitido a participação de consórcio de empresas conforme **ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO.**

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, §1º, Lei nº 14.133/2021).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

e no CRC da Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio no sistema, em até 10 (dez) minutos do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora

10.4. Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.5. As regras referentes ao registro de preço, aos órgãos gerenciador, participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da minuta de **Ata de Registro de Preços - Anexo III** deste Edital.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial com a previsão do prazo de 15 (quinze) dias, contido no art. 13, §8º, do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.2.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 15 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.2.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 16 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à decadência do direito à garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 18 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.2.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.2.12. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.2.12.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

12.2.12.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA - SELIFOR (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. É facultada ao(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

14.11. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO OU INABILITAÇÃO.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico 'compras.fortaleza.ce.gov.br' e 'www.compras.gov.br'.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.13.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- 14.13.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**
- 14.13.3. ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 14.13.4. ANEXO III -- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 14.13.5. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**
- 14.13.6. ANEXO V - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**
- 14.13.7. ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**
- 14.13.8. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**
- 14.13.9. ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

(documento assinado digitalmente)

Riane Maria Barbosa De Azevedo

Secretária Municipal da Saúde de Fortaleza

DECLARO que após a revisão dos termos do presente Edital constatei que o mesmo está em conformidade com as disposições legais.

(documento assinado digitalmente)

Luciana Matos Alves

Coordenador Jurídico/SMS

OAB/CE nº 25.656



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO:

1. UNIDADE REQUISITANTE
2. DO OBJETO
3. DA JUSTIFICATIVA
4. ÓRGÃO AUTORIZADOR
5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO
8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS
9. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
10. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO
11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13. DO PAGAMENTO
14. DA FISCALIZAÇÃO
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
16. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
17. DO ÍNDICE DE REAJUSTE
18. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
19. DO ACESSO À INFORMAÇÃO



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

1. **UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Saúde.
2. **DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES IV (EMH IV), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

2.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento por **DEMANDA**.

3. **DA JUSTIFICATIVA:**

Rede Pré-Hospitalar e Hospitalar de Fortaleza dispõe de 08 (oito) hospitais — Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura (**HDEAM**), Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (**HDEBO**), Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira (**HDMJBO**), Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana (**HDGMM**), Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter (**HDGMJW**), Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará (**HDGMBC**), Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann (**HMDZAN**) e Hospital Infantil de Fortaleza Dra. Lúcia de Fátima Ribeiro Guimarães Sá (**HIF**) —, além do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (**SAMU**) e das 06 (seis) Unidades de Pronto Atendimento (**UPAs**) 24h, localizadas nos bairros Cristo Redentor, Itaperi, Bom Jardim, Edson Queiroz, Vila Velha e Jangurussu. Todos esses estabelecimentos assistenciais de saúde encontram-se sob a responsabilidade da Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, com parque de Equipamentos Médico-Hospitalares (EMHs) próprio, dimensionado conforme o perfil assistencial e as necessidades operacionais de cada unidade.

Ao longo dos últimos anos, observa-se um processo de obsolescência progressiva do parque tecnológico, agravado pelo desgaste natural decorrente do uso contínuo, pela alta taxa de falhas e quebras e pelo crescimento expressivo da demanda assistencial em setores críticos como emergências, centros cirúrgicos, UTIs e unidades de transporte de pacientes. Grande parte dos equipamentos atualmente em operação ultrapassou o ciclo de vida útil recomendado pelos fabricantes e apresenta limitações técnicas e dificuldade de reposição de peças, o que tem impactado diretamente a eficiência dos atendimentos e a segurança dos pacientes. Tais condições comprometem a resposta operacional da rede hospitalar e pré-hospitalar, uma vez que os equipamentos de suporte à vida, mesas cirúrgicas e de apoio à realização de cirurgias são indispensáveis ao funcionamento contínuo e seguro dos serviços de saúde.

Além disso, a ampliação de leitos e a modernização de setores estratégicos — tanto hospitalares quanto de urgência — requerem disponibilidade tecnológica compatível com os parâmetros assistenciais definidos pelas normas sanitárias e pelas boas práticas de engenharia clínica. Dessa forma, a presente contratação visa renovar, complementar e padronizar o parque de equipamentos médico-hospitalares das unidades sob gestão da COREPH, assegurando a



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

continuidade e a qualidade dos serviços prestados, a redução de riscos assistenciais e a conformidade com as Resoluções da ANVISA, em especial as RDC nº 7/2010, RDC nº 50/2002 e RDC nº 509/2021, que estabelecem requisitos mínimos de infraestrutura tecnológica e de segurança em estabelecimentos de saúde.

A medida permitirá:

- aumento da confiabilidade operacional dos equipamentos, com redução de falhas e tempo de inatividade;
- melhoria da qualidade assistencial e segurança do paciente, em consonância com as políticas nacionais de atenção hospitalar;
- racionalização de custos de manutenção, mediante substituição de tecnologias obsoletas;
- padronização e integração da gestão dos ativos tecnológicos sob responsabilidade da Engenharia Clínica/COREPH;
- efetividade na gestão de riscos e alinhamento ao planejamento estratégico da SMS, conforme preconizado no Plano de Contratações Anual (PCA).

Portanto, a contratação proposta é tecnicamente indispensável e de interesse público, uma vez que se destina a garantir o pleno funcionamento das unidades assistenciais, prevenir descontinuidade de serviços essenciais e atender às diretrizes de qualidade e segurança em saúde.

4. ÓRGÃO AUTORIZADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS.

5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

5.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA – SELIFOR será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

5.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza - SMS, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
25901	10.302.0123.1003.0051	449052	0.150010020000
25901	10.302.0123.1003.0051	449052	0.160100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

7. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO:

GRUPO 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO COMPASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	3608104	331503	<p>Descrição: CENTRAL DE MONITORAMENTO PARA UTI ADULTO.</p> <p>Descrição complementar: Central de Monitoramento para UTI Adulto – aplicação: vigilância contínua, centralizada e multiparamétrica de pacientes críticos, com registro de tendências, alarmes, eventos e suporte à tomada de decisão clínica em tempo real. A central deverá possuir capacidade mínima instalada para 15 leitos monitorados simultaneamente. O sistema deverá possibilitar a exibição simultânea de, no mínimo, seis traçados por paciente (exemplo: ECG até 12 derivações, SpO₂, PNI/PIA, PImCO₂/EtCO₂, respiratório, entre outros) associados à tabela de parâmetros numéricos. Deverá apresentar tendências gráficas e tabulares por paciente, com armazenamento em alta resolução por, no mínimo, 72 horas, e de longo prazo por 30 dias ou mais, com possibilidade de exportação. Os alarmes fisiológicos e técnicos deverão ser configuráveis, com prioridades diferenciadas, ajuste de limites por paciente e registro em lista de eventos com data e hora. A central deve permitir reconstrução e revisão de eventos, com faixa retrospectiva mínima de 10 minutos por paciente, além de identificação positiva do paciente com nome, leito, sexo, idade e ID associado automaticamente ao monitor de beira-leito. A compatibilidade nativa deve ser garantida com monitores multiparamétricos do mesmo fabricante, sendo desejável que o sistema permita interoperabilidade com monitores de outros fabricantes, quando tecnicamente possível, mediante uso de padrões de integração disponíveis no mercado. O hardware da central deverá ser provido em servidor ou estação dedicada, com processador mínimo de 4 núcleos, memória RAM de pelo menos 16 GB e armazenamento de 1 TB em RAID ou SSD com recurso de espelhamento ou backup. A visualização deverá ser feita em, no mínimo, duas telas de LED/LCD de 24 polegadas (ou superior) com resolução Full HD (1920x1080). O sistema deverá ser fornecido com nobreak online de dupla conversão com autonomia mínima de 120 minutos em plena carga. O sistema operacional e banco de dados deverão ser suportados pelo fabricante, com atualizações de segurança garantidas por pelo menos 24 meses. Caso haja necessidade de licenças de uso de software, servidor ou integração, estas deverão ter validade perpétua ou mínima de 10 anos, contados a partir da ativação em cada unidade. Deverá dispor de rede Ethernet 1 Gbps nativa (RJ-45) e, quando previsto pelo fabricante, visualizações móveis via Wi-Fi, mantendo-se obrigatoriamente a rede cabeada para aquisição de dados clínicos. A integração com sistemas de prontuário eletrônico deverá ser realizada por HL7 v2.x (mensageria ADT/PAM), quando disponível na unidade. Será obrigatória a exportação de tendências e relatórios</p>	UNIDADE	6

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			<p>em formato CSV e PDF, com sincronização de tempo por NTP e logs de auditoria exportáveis. O sistema deve atender aos requisitos de segurança e cibersegurança, com autenticação por perfis de usuário, registros de log, timeout de sessão, criptografia TLS 1.2 ou superior (quando disponível) e compatibilidade com segmentação de rede hospitalar. Deverá atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), IEC 80601-2- 49 (particular de sistemas de monitorização multiparamétrica) e demais aplicáveis. O produto deve possuir registro junto à ANVISA conforme RDC 751/2022, com manual de instalação e operação em português, em meio físico e digital. A instalação será de responsabilidade integral do fornecedor, incluindo fornecimento de hardware, software, cabos, conectores, switches, licenças e demais acessórios necessários para a operação de, no mínimo, 15 leitos. O fornecedor deverá entregar memorial descritivo e esquema lógico da rede utilizada, incluindo endereçamento IP, portas de comunicação e requisitos de integração, quando aplicável. Os testes de aceitação deverão contemplar a comunicação com todos os leitos, funcionamento dos alarmes, reconstrução de eventos, exportação de relatórios e logs de auditoria. A instalação somente será considerada concluída após a comprovação de pleno funcionamento e emissão de termo de aceitação assinado pela Engenharia Clínica ou unidade demandante. A infraestrutura mínima — pontos de rede e local adequado para instalação do servidor ou estação — será provida pelo hospital, com suporte técnico do fornecedor na especificação desses requisitos. O fornecedor deverá garantir assistência técnica autorizada no Brasil, com disponibilidade de peças e tempo máximo de atendimento técnico conforme disposto no item 5.4.14.1 deste TR. As atualizações de software e firmware deverão ser fornecidas por, no mínimo, 24 meses. O sistema deverá possuir garantia mínima de 24 meses. O treinamento deverá ser realizado presencialmente em cada unidade contemplada em Fortaleza/CE, no local da instalação, abrangendo médicos, enfermagem e engenharia clínica, incluindo operação, alarmes e manutenção de primeiro nível. Não serão admitidos treinamentos a distância. A alimentação elétrica será de 220 Vca, 60 Hz ($\pm 10\%$), com aterramento conforme ABNT NBR 5410. O fornecedor deverá prover todos os dispositivos necessários para proteção e estabilização da alimentação elétrica do sistema (como nobreaks, filtros ou estabilizadores internos), garantindo o funcionamento contínuo independentemente de variações da rede. O sistema deverá operar em temperatura de 10 a 35 °C e umidade relativa de 30 a 85%, sem condensação, ou conforme manual do fabricante</p>		
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	3608132	405370	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA UTI.</p> <p>Descrição complementar: Aplicação: monitoramento contínuo de parâmetros fisiológicos de pacientes críticos adultos, pediátricos e neonatais em Unidades de Terapia Intensiva. O equipamento deverá permitir a monitorização simultânea e contínua, no mínimo, dos seguintes parâmetros: ECG de 5 derivações com análise de frequência cardíaca na faixa de 30 a 250 bpm; respiração por impedância torácica; saturação periférica de</p>	UNIDADE	68

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			<p>oxigênio (SpO2) com curva de pletismografia em tempo real, faixa de leitura de 0 a 100%, com precisão mínima de +/- 2% entre 70 e 100%; pressão arterial não invasiva (NIBP), na faixa de 10 a 270 mmHg, com modos adulto, pediátrico e neonatal; pressão arterial invasiva, em no mínimo dois canais, com faixa de 0 a 300 mmHg e curvas em tempo real; temperatura em no mínimo dois canais, com faixa de 0 a 50°C e precisão mínima de +/- 0,1°C. Capnografia (EtCO2):</p> <p>O sistema deverá realizar a monitorização do dióxido de carbono exalado em tempo real, apresentando valores numéricos e curva capnográfica, sendo aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com compensação de O2 e N2O. O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 10 polegadas, com capacidade de exibição simultânea de no mínimo seis curvas, interface em português e alarmes sonoros e visuais configuráveis individualmente por parâmetro. Deve dispor de memória interna para registro de tendências numéricas e gráficas, além de recursos de congelamento de tela e revisão de eventos. Deverá apresentar conectividade para exportação de dados via porta USB, interface de rede Ethernet e compatibilidade total com a central de monitoramento ofertada. Acessórios mínimos: Deverão incluir 01 sensor de SpO2 tipo clipe adulto, 01 sensor de SpO2 tipo clipe pediátrico e 01 sensor de SpO2 neonatal (tipo Y ou soft), todos reutilizáveis; 01 braçadeira adulto padrão, 01 braçadeira adulto obeso, 01 braçadeira pediátrica e 01 braçadeira neonatal; 02 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 02 cabos transdutores para pressão invasiva; sensores/módulos de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea ou linhas de amostragem (tamanhos adulto, pediátrico e neonatal); além de cabos de alimentação adequados à rede elétrica nacional. O equipamento deverá funcionar em alimentação elétrica 110/220 V, 50/60 Hz, possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de 120 minutos, atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-1-2. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial no local da instalação e garantir assistência técnica autorizada em Fortaleza/CE, com fornecimento de peças originais pelo prazo mínimo de 10 anos após a instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses.</p>		
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
3	3608918	335300	<p>Descrição: SISTEMA DE MONITORAMENTO CENTRAL PARA UTI NEONATAL.</p> <p>Descrição complementar: “1. Aplicação e Capacidade Sistema de vigilância contínua, centralizada e multiparamétrica destinado a pacientes neonatais críticos. O sistema deve possuir capacidade instalada para monitorar, simultaneamente, no mínimo 15 leitos, permitindo a visualização centralizada no posto de enfermagem e visualizações distribuídas (remotas) em ambientes de apoio (sala médica, prescrição), garantindo a integridade dos dados e alarmes. 2. Visualização e Parâmetros A central deve exibir simultaneamente, no mínimo, seis traçados de ondas por paciente (incluindo ECG, SpO₂, PNI, Respiração, PI e EtCO₂), associados à tabela de</p>	UNIDADE	1

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

		<p>parâmetros numéricos. • Recursos Neonatais: Deve incluir algoritmos específicos para detecção de eventos neonatais (bradicardia, taquicardia, apneia, dessaturação) e visualização de OxyCRG (Oxi-Cardiorespirograma). • Histórico: Armazenamento de tendências gráficas e tabulares de alta resolução por 72 horas e longo prazo por 30 dias. Deve possuir recurso de Full Disclosure (revisão de ondas) para análise retrospectiva de eventos de, no mínimo, 72 horas. 3. Hardware e Infraestrutura de TI O hardware da central (servidor ou estação de trabalho dedicada) deve possuir características industriais ou corporativas para regime de trabalho 24/7: • Processamento: Processador mínimo de 4 núcleos e memória RAM de, pelo menos, 16 GB. • Armazenamento: Tecnologia SSD (Solid State Drive) de, no mínimo, 480 GB, garantindo velocidade na gravação e leitura de eventos críticos. • Visualização: Fornecimento de, no mínimo, duas telas de LED/LCD de 24 polegadas (ou superior) com resolução Full HD (1920x1080). • Proteção Elétrica: O sistema deve ser fornecido com Nobreak de Dupla Conversão (onda senoidal pura), com autonomia mínima de 120 minutos a plena carga, garantindo a continuidade da monitorização e a proteção do banco de dados contra corrupção em falhas elétricas. 4. Interoperabilidade e Conectividade • Compatibilidade: Deve possuir compatibilidade nativa e bidirecional com os monitores multiparamétricos de beira-leito ofertados, permitindo admissão de paciente, silenciamento de alarmes e ajustes de limites a partir da central. • Integração Hospitalar: Capacidade de integração com Prontuário Eletrônico através de protocolo HL7 (exportação de sinais vitais e alarmes). 5. Cibersegurança e Dados O software deve atender aos requisitos modernos de segurança da informação (LGPD e RDC 611/2022): • Autenticação por login e senha com níveis de acesso diferenciados (Administrador, Clínico, Engenharia). • Criptografia de dados sensíveis e comunicação segura. • Geração de Logs de Auditoria (rastreamento de quem alterou configurações ou silenciou alarmes). • Exportação de relatórios em formatos abertos (PDF e CSV). 6. Instalação, Licenciamento e Garantia • Licenciamento de Software: Caso a solução dependa de licenças de uso de software (incluindo sistema operacional, banco de dados, aplicação clínica ou softwares de integração), chaves de ativação ou dispositivos de proteção (hardkeys/dongles), estas deverão ser fornecidas com validade perpétua. Na impossibilidade técnica de licença perpétua, o fornecedor deverá entregar as licenças com validade mínima pré-paga de 10 (dez) anos a partir da data de instalação, isentando o hospital de custos recorrentes, mensalidades ou anuidades de renovação de software durante este período. Instalação: A instalação é de responsabilidade integral do fornecedor, incluindo o fornecimento e passagem de infraestrutura de rede dedicada (switches, cabos de rede CAT6 ou superior, conectores e patch panels) para a comunicação entre os leitos e a central. O hospital proverá apenas a infraestrutura elétrica e os pontos físicos de lógica (passagem de cabos). Garantia e Atualizações: Garantia mínima de 24 meses on-site para peças e serviços. O fornecedor deve garantir atualizações de correções de segurança (patches) e firmware pelo mesmo período. Treinamento: Treinamento operacional e técnico presencial na unidade instalada. Assistência Técnica: Rede autorizada no Brasil com disponibilidade de peças."</p>		
--	--	---	--	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
4	3608191	481732	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COMPLETO PARA MONITORAMENTO DE PACIENTES.</p> <p>Descrição complementar: O equipamento deverá realizar a monitorização contínua de pacientes críticos, contemplando obrigatoriamente os seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) de 5 vias, frequência cardíaca, saturação periférica de oxigênio por oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI/NIBP), pressão arterial invasiva, temperatura com no mínimo 2 canais, frequência respiratória derivada de curva e capnografia (EtCO2) em tempo real, com curva de forma de onda e valor numérico. Tecnologia de Capnografia: O sistema de capnografia poderá utilizar tecnologia Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases (O2 e N2O), garantindo a precisão da leitura em ambientes de terapia intensiva e centro cirúrgico. Características Técnicas: Deverá possuir tela colorida TFT/LCD de, no mínimo, 12 polegadas de diagonal, além de ajuste de brilho e contraste. Os alarmes deverão ser visuais e sonoros, com prioridade diferenciada em níveis de alta, média e baixa, e possibilidade de silenciamento temporário. O equipamento deverá permitir registro de tendências gráficas e tabulares por no mínimo 96 horas, bem como revisão de eventos e alarmes. Deve possuir porta USB para exportação de dados e atualização de software e porta ethernet. A alimentação elétrica deverá ocorrer em tensão de 220 V ou bivolt automático, com frequência de 50/60 Hz e variação admitida de +/-10%. Deverá dispor de bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos de ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 03 braçadeiras de pressão arterial adulto, 02 pediátricas e 02 neonatais; 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos/transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além de cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Requisitos e Garantia: O monitor deverá atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-49) e possuir registro válido na ANVISA (RDC 751/2022). Deverá ser fornecido manual em língua portuguesa e realizado treinamento presencial no local da instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o conjunto e acessórios reutilizáveis, com assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento de peças originais.</p>	UNIDADE	242
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
5	3608190	435552	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COM MÓDULO DE CAPNOGRAFIA.</p> <p>Descrição complementar: O equipamento deverá realizar a monitorização contínua de pacientes críticos, contemplando</p>	UNIDADE	31



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			<p>obrigatoriamente os seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) de 5 vias, frequência cardíaca, saturação periférica de oxigênio por oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI/NIBP), pressão arterial invasiva com no mínimo 2 canais simultâneos, temperatura com no mínimo 2 canais, frequência respiratória derivada de curva e capnografia (EtCO2) em tempo real, com curva de forma de onda e valor numérico. Tecnologia de Capnografia: O sistema de capnografia poderá utilizar tecnologia Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases (O2 e N2O), garantindo a precisão da leitura em ambiente de terapia intensiva e centro cirúrgico. Características Técnicas: Deverá possuir tela colorida TFT/LCD de, no mínimo, 12 polegadas de diagonal, com capacidade de exibir simultaneamente 6 curvas, além de ajuste de brilho e contraste. Os alarmes deverão ser visuais e sonoros, com prioridade diferenciada em níveis de alta, média e baixa, e possibilidade de silenciamento temporário. O equipamento deverá permitir registro de tendências gráficas e tabulares por no mínimo 96 horas, bem como revisão de eventos e alarmes. Deve possuir porta USB para exportação de dados e atualização de software e porta ethernet. A alimentação elétrica deverá ocorrer em tensão de 220 V ou bivolt automático, com frequência de 50/60 Hz e variação admitida de $\pm 10\%$. Deverá dispor de bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos de ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 03 braçadeiras de pressão arterial adulto, 02 pediátricas e 02 neonatais; 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos/transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além de cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Requisitos e Garantia: O monitor deverá atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-49) e possuir registro válido na ANVISA (RDC 751/2022). Deverá ser fornecido manual em língua portuguesa e realizado treinamento presencial no local da instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o conjunto e acessórios reutilizáveis, com assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento de peças originais</p>		
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
6	3608192	459729	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COMPLETO PARA CENTRO CIRÚRGICO.</p> <p>Descrição complementar: Equipamento Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico, destinado ao monitoramento contínuo de pacientes em procedimentos anestésicos e cirúrgicos. O equipamento deverá monitorar eletrocardiograma (ECG) com no mínimo 5 derivações, frequência cardíaca, oximetria de pulso (SpO2) com curva pletismográfica em tempo real, pressão arterial não invasiva (PNI), pressão arterial invasiva, temperatura corporal em no mínimo 2 canais e capnografia (EtCO2) utilizando tecnologia mainstream (fluxo principal) com</p>	UNIDADE	4



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			curva em tempo real. O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 8 polegadas, com interface gráfica em português. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis por limites superior e inferior, com sistema de silenciamento temporário. Deverá possuir memória interna capaz de armazenar no mínimo 24 horas de tendências gráficas e numéricas, além de porta USB para exportação de dados e/ou conectividade via Ethernet (porta de rede RJ-45) ou wif-fi. A alimentação elétrica deverá ser realizada por fonte bivolt automático (100-240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que garanta autonomia mínima de 120 minutos. Cada unidade deverá ser acompanhada, no mínimo, de 03 cabos ECG de 5 vias adulto, 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis, 02 braçadeiras de PNI adulto, 01 pediátrica e 01 neonatal, 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis, 03 cabos transdutores para pressão invasiva, 02 sensores de EtCO2 mainstream reutilizáveis e 01 cabo de alimentação compatível com a rede elétrica nacional. O equipamento deverá possuir registro na ANVISA conforme RDC nº 751/2022 e atender aos requisitos de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1. Deverão ser fornecidos manuais de operação em português e treinamento presencial para a equipe de saúde no local da instalação em Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses contra defeitos de fabricação.		
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
7	36080193	631626	Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO DE TRANSPORTE PARA PACIENTES CRÍTICOS. Descrição complementar: Equipamento Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico, destinado ao monitoramento contínuo de pacientes em procedimentos anestésicos e cirúrgicos. O equipamento deverá monitorar eletrocardiograma (ECG) com no mínimo 5 derivações, frequência cardíaca, oximetria de pulso (SpO2) com curva pletismográfica em tempo real, pressão arterial não invasiva (PNI), pressão arterial invasiva, temperatura corporal em no mínimo 2 canais. Capnografia (EtCO2): O monitor deverá realizar a monitorização contínua do dióxido de carbono exalado (EtCO2), com exibição numérica e curva em tempo real. Serão aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases para ambiente cirúrgico (O2 e N2O) Características Técnicas: O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 8 polegadas, com interface gráfica em português. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis por limites superior e inferior, com sistema de silenciamento temporário. Deverá possuir memória interna capaz de armazenar no mínimo 24 horas de tendências gráficas e numéricas, além de porta USB para exportação de dados e/ou conectividade via Ethernet (porta de rede RJ-45) ou Wi-Fi. A alimentação elétrica deverá ser realizada por fonte bivolt automático (100- 240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que garanta autonomia	UNIDADE	22

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

		<p>mínima de 120 minutos. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 02 braçadeiras de PNI adulto, 01 pediátrica e 01 neonatal; 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; e 01 cabo de alimentação compatível com a rede elétrica nacional. Certificações e Garantia: O equipamento deverá possuir registro na ANVISA conforme RDC nº 751/2022 e atender aos requisitos de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1. Deverão ser fornecidos manuais de operação em português e treinamento presencial para a equipe de saúde no local da instalação em Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses contra defeitos de fabricação</p>		
--	--	---	--	--

ITEM 8 – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
8	3559684	435548	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO.</p> <p>Descrição complementar: Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado. O monitor deverá ser compacto e leve, com construção robusta e apropriada para transporte em ambulâncias de suporte avançado, apresentando resistência a vibrações e impactos, com grau de proteção mínimo IPX1. Deverá possuir alça de transporte integrada e sistema de fixação compatível com suporte em parede ou maca, com liberação rápida, garantindo segurança e praticidade durante os deslocamentos. A unidade deverá dispor de tela colorida tipo TFT ou LCD com no mínimo 5 polegadas, com ajuste de brilho, permitindo a visualização simultânea de, no mínimo, quatro traçados de curvas e parâmetros numéricos. A interface deverá ser em português, clara e intuitiva, com alarmes sonoros e visuais configuráveis pelo operador. Parâmetros de Monitorização: O equipamento deverá permitir o monitoramento, de forma obrigatória, dos seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) com pelo menos 3 derivações, dotado de filtragem de artefatos de transporte; saturação periférica de oxigênio (SpO2), com tecnologia que permita a detecção de baixo pulso, na faixa de 0 a 100%; frequência respiratória, derivada de impedância torácica e/ou capnografia; pressão arterial não invasiva (PNI), com medições automáticas e manuais de valores sistólicos, diastólicos e médios. Capnografia (EtCO2): O monitor deverá realizar a monitorização contínua do dióxido de carbono exalado (EtCO2), com exibição numérica e curva em tempo real. Serão aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, garantindo a precisão da leitura em ambiente de transporte pré-hospitalar. Características Técnicas e Autonomia: O equipamento deverá dispor de memória interna para</p>	UNIDADE	9

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			armazenamento de dados e eventos por no mínimo 24 horas Os alarmes deverão ser visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis em diferentes níveis de prioridade. O monitor deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1, à norma de compatibilidade eletromagnética ABNT NBR IEC 60601-1-2 e à RDC 751/2022 da ANVISA. A alimentação elétrica deverá ser bivolt automático (100-240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que proporcione autonomia mínima de 4 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 01 cabo de ECG adulto de 3 vias; 01 cabo de ECG pediátrico de 3 vias; 01 sensor de SpO2 adulto reutilizável; 01 sensor de SpO2 pediátrico reutilizável; 01 braçadeira para PNI adulto, 01 braçadeira pediátrica e 01 neonatal; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além do cabo de alimentação compatível. Treinamento e Garantia: Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial de operação e manutenção básica no município de Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação		
--	--	--	---	--	--

ITEM 9– COTA RESERVADA

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
9	3559684	435548	Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO. Descrição complementar: Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado. O monitor deverá ser compacto e leve, com construção robusta e apropriada para transporte em ambulâncias de suporte avançado, apresentando resistência a vibrações e impactos, com grau de proteção mínimo IPX1. Deverá possuir alça de transporte integrada e sistema de fixação compatível com suporte em parede ou maca, com liberação rápida, garantindo segurança e praticidade durante os deslocamentos. A unidade deverá dispor de tela colorida tipo TFT ou LCD com no mínimo 5 polegadas, com ajuste de brilho, permitindo a visualização simultânea de, no mínimo, quatro traçados de curvas e parâmetros numéricos. A interface deverá ser em português, clara e intuitiva, com alarmes sonoros e visuais configuráveis pelo operador. Parâmetros de Monitorização: O equipamento deverá permitir o monitoramento, de forma obrigatória, dos seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) com pelo menos 3 derivações, dotado de filtragem de artefatos de transporte; saturação periférica de oxigênio (SpO2), com tecnologia que permita a detecção de baixo pulso, na faixa de 0 a 100%; frequência respiratória, derivada de impedância torácica e/ou capnografia; pressão arterial não invasiva (PNI), com medições automáticas e manuais de valores sistólicos, diastólicos e médios. Capnografia (EtCO2): O monitor deverá realizar a monitorização	UNIDADE	3

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

		<p>continua do dióxido de carbono exalado (EtCO₂), com exibição numérica e curva em tempo real. Serão aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, garantindo a precisão da leitura em ambiente de transporte pré-hospitalar. Características Técnicas e Autonomia: O equipamento deverá dispor de memória interna para armazenamento de dados e eventos por no mínimo 24 horas Os alarmes deverão ser visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis em diferentes níveis de prioridade. O monitor deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1, à norma de compatibilidade eletromagnética ABNT NBR IEC 60601-1-2 e à RDC 751/2022 da ANVISA. A alimentação elétrica deverá ser bivolt automático (100-240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que proporcione autonomia mínima de 4 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 01 cabo de ECG adulto de 3 vias; 01 cabo de ECG pediátrico de 3 vias; 01 sensor de SpO₂ adulto reutilizável; 01 sensor de SpO₂ pediátrico reutilizável; 01 braçadeira para PNI adulto, 01 braçadeira pediátrica e 01 neonatal; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO₂ compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além do cabo de alimentação compatível. Treinamento e Garantia: Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial de operação e manutenção básica no município de Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação</p>		
--	--	--	--	--

ITEM 10 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
10	3608195	441979	<p>Descrição: OXÍMETRO PORTÁTIL ADULTO PARA MONITORAMENTO DE SATURAÇÃO.</p> <p>Descrição complementar: "Equipamento Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação de oxigênio, indicado para acompanhamento contínuo ou intermitente da SpO₂ e da frequência de pulso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deverá operar pelo princípio da oximetria de pulso não invasiva, com tecnologia microprocessada, capaz de monitorar continuamente os parâmetros citados. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 0 a 100%, com precisão mínima de ±2% na faixa de 70 a 100%, e a faixa de frequência de pulso de 30 a 250 bpm, com precisão de ±3 bpm. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais programáveis para limites superior e inferior de SpO₂ e frequência de pulso, além de alarme de desconexão do sensor. Deverá dispor de tela colorida ou monocromática de, no mínimo, 5"</p>	UNIDADE	70

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

		<p>para exibição simultânea de valores numéricos de SpO₂ e frequência de pulso, bem como da onda plestimográfica em tempo real. O sistema deverá contar com armazenamento interno de dados por, no mínimo, 12 horas, permitindo a revisão no próprio equipamento, além de indicação da qualidade do sinal e do índice de perfusão. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), bem como possuir registro na ANVISA em atendimento à RDC 751/2022. Cada unidade fornecida deverá acompanhar, no mínimo: 02 sensores SpO₂ adulto reutilizáveis, 01 sensor pediátrico reutilizável, 01 sensor neonatal reutilizável, 01 cabo de extensão compatível e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz, bivolt automático). Deverão ser fornecidos manuais em português em meio físico e digital. A garantia mínima será de 12 (doze) meses."</p>		
--	--	---	--	--

ITEM 11 – COTA RESERVADA

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
11	3608195	441979	<p>Descrição: OXÍMETRO PORTÁTIL ADULTO PARA MONITORAMENTO DE SATURAÇÃO.</p> <p>Descrição complementar: "Equipamento Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação de oxigênio, indicado para acompanhamento contínuo ou intermitente da SpO₂ e da frequência de pulso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deverá operar pelo princípio da oximetria de pulso não invasiva, com tecnologia microprocessada, capaz de monitorar continuamente os parâmetros citados. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 0 a 100%, com precisão mínima de ±2% na faixa de 70 a 100%, e a faixa de frequência de pulso de 30 a 250 bpm, com precisão de ±3 bpm. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais programáveis para limites superior e inferior de SpO₂ e frequência de pulso, além de alarme de desconexão do sensor. Deverá dispor de tela colorida ou monocromática de, no mínimo, 5" para exibição simultânea de valores numéricos de SpO₂ e frequência de pulso, bem como da onda plestimográfica em tempo real. O sistema deverá contar com armazenamento interno de dados por, no mínimo, 12 horas, permitindo a revisão no próprio equipamento, além de indicação da qualidade do sinal e do índice de perfusão. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), bem como possuir registro na ANVISA em atendimento à RDC 751/2022. Cada unidade fornecida deverá acompanhar, no mínimo: 02 sensores SpO₂ adulto reutilizáveis, 01 sensor pediátrico reutilizável, 01 sensor neonatal reutilizável, 01 cabo de extensão compatível e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz, bivolt automático). Deverão ser fornecidos manuais em português em meio</p>	UNIDADE	23

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

físico e digital. A garantia mínima será de 12 (doze) meses."

ITEM 12 – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
12	3563647	441977	<p>Descrição: <i>oxímetro de mesa adulto: monitor de saturação de oxigênio, não invasivo de mesa para uso adulto tela lcd, monitorização simultânea da frequência cardíaca (pulso periférico) e da saturação de oxigênio. apresentação da onda pletismográfica e valores digitais dos parâmetros monitorizados. apresentação com mensagens de sensor fora do paciente; sinal fraco; interferência luminosa. tendência (evolução) de até 24 horas, apresentada no próprio display. faixa de medições para saturação - 0 - 100% e para frequência cardíaca 30 - 250 bpm. sistema de alarmes sonoro e visual com limites máximos e mínimos ajustáveis para ambos os parâmetros monitorizados. bateria selada embutida, recarregável automaticamente com autonomia de até 2 horas. interface serial rs232 ou usb para comunicação com computador, impressoras,etc. 02 (dois) sensores de dedo adulto fabricado em plástico de alta resistência apropriado para utilização em pacientes adultos. alimentação automática:110/220v.</i></p> <p>Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado ao monitoramento não invasivo da saturação periférica de oxigênio (SpO₂) e da frequência de pulso em pacientes adultos. Deve utilizar tecnologia de oximetria de pulso por fotopletismografia, com leitura através de sensor digital integrado ao corpo do equipamento, do tipo clipe para dedo (finger clip), com visor localizado no próprio clipe. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 35% a 100%, com precisão de ±2% no intervalo de 70% a 100%, sendo que valores abaixo de 70% não necessitam de especificação de precisão. A faixa de medição da frequência de pulso deverá ser de 30 a 250 bpm, com precisão de ±2 bpm ou ±2% da leitura, prevalecendo o maior valor. O equipamento deverá possuir visor digital no próprio clipe, capaz de apresentar simultaneamente, no mínimo, os parâmetros SpO₂ e frequência de pulso, em caracteres de fácil visualização. Deve dispor ainda de indicação gráfica por meio de barra indicadora da intensidade do pulso. A alimentação deverá ser feita por pilhas AAA ou bateria interna recarregável, de fácil substituição ou recarga, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo. Deverá atender às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), além de possuir registro junto à ANVISA como equipamento médico. Deverão ser</p>	UNIDADE	86

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			fornecidos, no mínimo, 01 conjunto de pilhas recarregáveis ou cabo de alimentação (quando aplicável) e 01 estojo de transporte. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual do usuário em meio físico e digital, em português. Não será exigido treinamento, por se tratar de equipamento de uso simplificado. O fornecedor deverá garantir o equipamento por, no mínimo, 12 (doze) meses."		
--	--	--	---	--	--

ITEM 13– COTA RESERVADA

ITEM	CÓDIGO COMPASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
13	3563647	441977	<p>Descrição: <i>oxímetro de mesa adulto: monitor de saturação de oxigênio, não invasivo de mesa para uso adulto tela lcd, monitorização simultânea da frequência cardíaca (pulso periférico) e da saturação de oxigênio. apresentação da onda pletismográfica e valores digitais dos parâmetros monitorizados. apresentação com mensagens de sensor fora do paciente; sinal fraco; interferência luminosa. tendência (evolução) de até 24 horas, apresentada no próprio display. faixa de medições para saturação - 0 - 100% e para frequência cardíaca 30 - 250 bpm. sistema de alarmes sonoro e visual com limites máximos e mínimos ajustáveis para ambos os parâmetros monitorizados. bateria selada embutida, recarregável automaticamente com autonomia de até 2 horas. interface serial rs232 ou usb para comunicação com computador, impressoras, etc. 02 (dois) sensores de dedo adulto fabricado em plástico de alta resistência apropriado para utilização em pacientes adultos. alimentação automática: 110/220v.</i></p> <p>Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado ao monitoramento não invasivo da saturação periférica de oxigênio (SpO₂) e da frequência de pulso em pacientes adultos. Deve utilizar tecnologia de oximetria de pulso por fotopletismografia, com leitura através de sensor digital integrado ao corpo do equipamento, do tipo clipe para dedo (finger clip), com visor localizado no próprio clipe. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 35% a 100%, com precisão de $\pm 2\%$ no intervalo de 70% a 100%, sendo que valores abaixo de 70% não necessitam de especificação de precisão. A faixa de medição da frequência de pulso deverá ser de 30 a 250 bpm, com precisão de ± 2 bpm ou $\pm 2\%$ da leitura, prevalecendo o maior valor. O equipamento deverá possuir visor digital no próprio clipe, capaz de apresentar simultaneamente, no mínimo, os parâmetros SpO₂ e frequência de pulso, em caracteres de fácil visualização. Deve dispor ainda de indicação gráfica por meio de barra indicadora da intensidade do pulso. A alimentação</p>	UNIDADE	28

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			deverá ser feita por pilhas AAA ou bateria interna recarregável, de fácil substituição ou recarga, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo. Deverá atender às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), além de possuir registro junto à ANVISA como equipamento médico. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 01 conjunto de pilhas recarregáveis ou cabo de alimentação (quando aplicável) e 01 estojo de transporte. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual do usuário em meio físico e digital, em português. Não será exigido treinamento, por se tratar de equipamento de uso simplificado. O fornecedor deverá garantir o equipamento por, no mínimo, 12 (doze) meses."		
--	--	--	---	--	--

ITEM 14– EXCLUSIVO ME E EPP

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
14	3567004	441985	<p>Descrição: oxímetro de mesa (portátil) neonatal monitor de saturação de oxigênio, não invasivo de mesa para uso neonatal tela lcd, monitorização simultânea da frequência cardíaca (pulso periférico) e da saturação de oxigênio. apresentação da onda pletismográfica e valores digitais dos parâmetros monitorizados. apresentação com mensagens de sensor fora do paciente; sinal fraco; interferência luminosa. tendência (evolução) de até 24 horas, apresentada no próprio display. faixa de medições para saturação: 0 - 100% e para frequência cardíaca 30 - 250 bpm.</p> <p>Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à aferição não invasiva e imediata da saturação periférica de oxigênio (SpO₂) e da frequência de pulso em recém-nascidos, no formato tipo clipe integrado, com display no próprio corpo do sensor. Deverá possuir faixa de medição de SpO₂ de 70 a 100%, com precisão mínima de ±2% no intervalo de 70 a 100%, e faixa de medição de frequência de pulso de no mínimo 30 a 250 bpm, com precisão mínima de ±3 bpm. O display deverá estar localizado no próprio clipe, possuir tecnologia OLED ou LCD, com tamanho mínimo de 0,8" e permitir a visualização simultânea dos valores de SpO₂ e da frequência de pulso. O equipamento deverá dispor de alarmes visuais para indicação de valores fora da faixa, admitindo-se alarme sonoro apenas quando disponível comercialmente. A alimentação deverá ser feita por bateria interna recarregável ou pilhas recarregáveis, com autonomia mínima de 6 (seis) horas de funcionamento contínuo. O equipamento deverá ser leve, com peso inferior a 100 g, adequado ao uso em recém-nascidos. O oxímetro deverá estar em conformidade com as normas de segurança ABNT</p>	UNIDADE	10

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZARua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

			NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Deverá acompanhar carregador (quando aplicável) e manual em português em meio físico e digital. O fornecedor deverá garantir assistência técnica e cobertura de garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão de obra."		
--	--	--	---	--	--

ITEM 15 – EXCLUSIVO ME E EPP

ITEM	CÓDIGO COMPASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
15	3608199	441987	<p>Descrição: OXÍMETRO PORTÁTIL NEONATAL PARA MONITORAMENTO DE SATURAÇÃO EM RECÉM-NASCIDOS.</p> <p>Descrição complementar: "Equipamento Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação de oxigênio, indicado para acompanhamento contínuo ou intermitente da SpO₂ e da frequência de pulso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deverá operar pelo princípio da oximetria de pulso não invasiva, com tecnologia microprocessada, capaz de monitorar continuamente os parâmetros citados. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 0 a 100%, com precisão mínima de $\pm 2\%$ na faixa de 70 a 100%, e a faixa de frequência de pulso de 30 a 250 bpm, com precisão de ± 3 bpm. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais programáveis para limites superior e inferior de SpO₂ e frequência de pulso, além de alarme de desconexão do sensor. Deverá dispor de tela colorida ou monocromática de, no mínimo, 5" para exibição simultânea de valores numéricos de SpO₂ e frequência de pulso, bem como da onda plestimográfica em tempo real. O sistema deverá contar com armazenamento interno de dados por, no mínimo, 12 horas, permitindo a revisão no próprio equipamento, além de indicação da qualidade do sinal e do índice de perfusão. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), bem como possuir registro na ANVISA em atendimento à RDC 751/2022. Cada unidade fornecida deverá acompanhar, no mínimo: 02 sensores SpO₂ adulto reutilizáveis, 01 sensor pediátrico reutilizável, 01 sensor neonatal reutilizável, 01 cabo de extensão compatível e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz, bivolt automático). Deverão ser fornecidos manuais em português em meio físico e digital. A garantia mínima será de 12 (doze) meses."</p>	UNIDADE	32

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744**ITEM 16 – EXCLUSIVO ME E EPP**

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
16	3608910	367257	<p>Descrição: CAPNÓGRAFO PORTÁTIL NEONATAL.</p> <p>Descrição complementar: Equipamento Capnógrafo Portátil Neonatal – aplicação: monitoramento contínuo da concentração de dióxido de carbono no ar exalado (EtCO₂) em pacientes neonatais, para acompanhamento ventilatório e suporte clínico em unidades de terapia intensiva neonatal. O equipamento deverá utilizar tecnologia por espectrofotometria de infravermelho não dispersivo (NDIR), com tempo de resposta do sensor de no máximo 2 segundos, operando em modo microstream ou sidestream adequado ao perfil neonatal, com taxa de fluxo de amostragem igual ou inferior a 50 mL/min. A faixa de medição deverá ser de 0 a 150 mmHg (0 a 20%), com resolução mínima de 0,1 mmHg e precisão de ± 2 mmHg ou $\pm 5\%$ da leitura, apresentando valor numérico de EtCO₂, curva capnográfica em tempo real e frequência respiratória derivada do CO₂ na faixa de 5 a 150 rpm. O capnógrafo deverá dispor de tela colorida com no mínimo 3,5 polegadas, com boa visualização em diferentes condições de luminosidade, e apresentar alarmes visuais e sonoros programáveis para hipercapnia, hipocapnia, ausência de respiração e falhas técnicas. A alimentação deverá ser por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 6 horas, e por rede elétrica bivolt automático (100–240V). O equipamento deverá possuir memória interna para armazenamento de registros por pelo menos 24 horas e porta USB ou equivalente para exportação de dados. Deverão acompanhar o fornecimento, no mínimo, 20 linhas de amostragem neonatal descartáveis, cabo de alimentação, carregador compatível e bolsa de transporte. O equipamento deverá atender integralmente à RDC ANVISA nº 751/2022, à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e IEC 60601-2-55 (requisitos específicos para monitores de gases respiratórios). O fornecedor deverá disponibilizar manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 24 meses</p>	UNIDADE	2

7.1. Os monitores multiparamétricos, **itens 2, 4, 5, 6 e 7**, deverão ser da mesma marca ou possuírem acessórios compatíveis entre si.

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

8 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS:**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

8.1. Os produtos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação e umidade, sem inadequação de conteúdo e identificadas com o número do lote, data de fabricação e data de validade.

8.2. Os produtos nacionais e importados devem apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa.

8.3. Registro do produto, ou Declaração de Isenção do Registro, ou do cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS CATÁLOGOS

OBS: Catálogo e/ou manual técnico em português padrão brasileiro.

Para os itens 07, 08, 09 e 10, além do catálogo e manual, os fornecedores deverão apresentar amostras quando solicitado pela administração.

9.1. Quando da convocação para apresentação da proposta final adequada, concomitantemente, o (a) Pregoeiro(a) solicitará CATÁLOGO para demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o arrematante primeiro colocado obrigado, sob pena de desclassificação, apresentar tal CATÁLOGO via sistema COMPRASGOV. Em caso de desclassificação, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar as demais licitantes, na ordem de classificação.

9.2. Os CATÁLOGOS serão recebidos pelo (a) Pregoeiro (a), no prazo estipulado, remetidos ao órgão interessado na licitação e analisados por técnico designado pelo titular do órgão, devendo o laudo ser devidamente datado e assinado por quem o emitir.

9.3. A análise dos CATÁLOGOS tem o objetivo de verificar a equivalência do item ofertado ao solicitado em Edital.

9.4. Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente aos CATÁLOGOS independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, os CATÁLOGOS ficarão retidos na SMS para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

9.5. Caso haja dúvida nos catálogos apresentados, quanto à qualidade, especificação ou alguma outra informação, o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar à licitante a apresentação de AMOSTRAS que deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis na sede da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, localizada à Rua Barão do Rio Branco, 910, Centro, Fortaleza/CE, sala da Coordenadoria de Gestão de Compras e Licitações (COGEC), contados da data da solicitação.

9.6. A reprovação de CATÁLOGO após análise técnica acarretará em desclassificação da licitante.

9.7. O não cumprimento da entrega da documentação e dos catálogos dentro dos prazos estabelecidos acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

10.1. Necessário apresentação de Garantia mínima de **12 (doze) meses** para os **ITENS 07, 08, 09 e 10** (oxímetros); e de **24 (vinte e quatro) meses** para os demais itens contra defeito de



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

fabricação.

10.2. O prazo de garantia técnica contratual terá início a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme itens 9.2.2. e 9.2.4. do presente termo. Todavia, a CONTRATADA deverá assegurar cobertura integral e assistência técnica sem ônus para a Administração durante todo o período compreendido entre o recebimento provisório, instalação e testes, até a formalização do recebimento definitivo, garantindo que nenhum equipamento entre em operação assistida sem a devida proteção e suporte do fabricante. Para tanto, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia no ato da formalização do recebimento definitivo.

10.3. A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016.

10.3.1. A obrigação de disponibilidade de peças e componentes originais por **10 (dez) anos** é um compromisso de fornecimento comercial que se estende para além do período de garantia técnica, devendo a contratada garantir a existência de canais de venda e reposição para a rede municipal durante todo o ciclo de vida útil estimado do equipamento.

10.4. A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1e correlatas.

10.5. Sempre que houver necessidade de deslocamento do equipamento ou de partes e peças para fora das dependências da unidade de saúde, o transporte deverá ser realizado sob responsabilidade integral da contratada, mediante justificativa técnica formal previamente autorizada pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH. Nessa ocasião, deverá ser emitido Termo de Retirada de Equipamento, contendo a descrição detalhada do bem, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, defeito apresentado, estado físico e data de retirada, com assinatura do técnico responsável da contratada e do representante da unidade de saúde. O mesmo procedimento deverá ser adotado para o retorno do equipamento, mediante relatório técnico conclusivo descrevendo o serviço realizado, peças substituídas, testes de segurança elétrica e funcionalidade.

10.6. A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração.

10.7. Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições.

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;
- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajas inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

10.8. Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.9. Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável.

10.10. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

10.11. Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.

10.12. As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware.

10.13. Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

10.14. O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo.

10.15. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH.

10.15.1. A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica corretiva para todos os equipamentos instalados, observando os seguintes níveis de serviço (SLA), contados a partir da abertura do chamado técnico pela Unidade Requisitante ou pela Gestão do Contrato:

I. Tempo de Resposta Inicial: Máximo de 04 (quatro) horas úteis. Entende-se como resposta inicial o contato técnico qualificado para triagem, diagnóstico remoto ou confirmação de agendamento da visita presencial.

II. Tempo de Solução Definitiva: Máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas. Entende-se como solução definitiva o restabelecimento total das funções operacionais do equipamento, com a substituição de peças originais, se necessário.

III. Equipamento de Backup: Caso a solução definitiva não seja possível dentro do prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicional, um equipamento de reserva (backup) com características técnicas equivalentes ou superiores, garantindo que o serviço assistencial não sofra interrupção.

10.15.2. Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante.

10.15.3. As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis.

10.15.4. O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até **8 (oito) horas** e prazo máximo de solução de até **24 (vinte e quatro) horas**. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

10.15.5. A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

10.15.6. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretária Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

11.2 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.2.1 O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

11.2.2 Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em Português, firmada por tradutor juramentado.

11.2.3 O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.2.4 Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação

11.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.3.1 REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.2 ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.3 INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

11.3.4 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.5 REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

11.3.5.1. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;

11.3.5.2. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

11.3.5.3. Ata de fundação da cooperativa;

11.3.5.4. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

11.4.1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

11.4.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

11.4.2 No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no subitem 11.4.1. acima.

11.4.3. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador (es) registrado (s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.4.4. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

11.4.5. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

11.4.5.1. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

de 1976.

11.4.6. No caso de Licitante recém-constituída, há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

11.4.7. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

11.4.8. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

Liquidez Geral - LG

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

OU

Liquidez Corrente - LC

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

OU

Solvência Geral - SG

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

11.4.9. Caso o subitem **11.4.8** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Os Atestados deverão atender ao quantitativo mínimo de **35%** do objeto desta licitação.

11.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.6.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

11.6.1.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

11.6.1.2. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

11.6.1.3. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

11.6.2 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.6.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

11.6.3.1. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

11.6.3.2. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

11.6.3.3. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

11.5.4. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

11.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

12. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO:

12.1. Quanto à entrega:

12.1.1. Antes do início da execução, a contratada deverá atender às seguintes exigências e providências:

- Apresentar o nome e a comprovação da habilitação do responsável técnico pelo contrato, com registro ativo no CREA ou CFT, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), somente nos casos em que o fornecimento envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados.
- Apresentar plano logístico de entrega, instalação e treinamento, contendo as unidades de destino, sequência de entrega, cronograma de execução e responsável técnico de campo. Esse plano deverá ser previamente analisado e aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- Apresentar cronograma de manutenção preventiva aplicável ao período de garantia contratual, com indicação das etapas, periodicidade e procedimentos previstos, conforme recomendações do fabricante.
- Firmar Termo de Ciência e Compromisso, declarando ciência das normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar, segurança do trabalho e conduta ética a serem observadas durante a permanência de técnicos nas unidades de saúde.
- Submeter à aprovação da Engenharia Clínica/COREPH os modelos de relatórios técnicos, checklists de entrega e manutenção, que serão utilizados para o acompanhamento do contrato e recebimento definitivo dos equipamentos.

12.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até:

- 30 (trinta) dias corridos para os itens dos lotes 07, 08, 09 e 10;
- 60 (sessenta) dias corridos para os itens dos lotes 02, 03, 04, 05, 06 e 11;
- 75 (setenta e cinco) dias corridos para os itens do lote 01;

Sendo os prazos acima contados a partir da data de emissão da nota de empenho, salvo prazos superiores expressamente previstos na descrição complementar do item correspondente.

12.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

12.1.4. O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central, hospitais, UPAs e bases do SAMU - todos situados no município de Fortaleza/CE-, nos seguintes endereços (lista não exaustiva):

1. Almoxarifado Central da SMS

R. Encontros, 1800 B - Bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE - CEP 60810-670

2. Hospital da Mulher de Fortaleza – Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN)

Av. Lineu Machado, nº 155 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101
(entrada pela Rua Prof. Manoel Lourenço).

3. Hospital da Criança de Fortaleza (HCF)

Av. Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101

4. Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha de Messejana (HDEBO)

Av. Jornalista Tomaz Coelho, nº 1578 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60842-021

5. Hospital Distrital Maria José Barros de Oliveira – Frotinha da Parangaba (HDMJBO)

Av. General Osório de Paiva, nº 1127 – Bairro Parangaba, Fortaleza/CE – CEP 60741-000

6. Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura – Frotinha de Antônio Bezerra (HDEAM)

Rua Cândido Maia, nº 294 – Bairro Antônio Bezerra, Fortaleza/CE – CEP 60356-830

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

7. Hospital Distrital Gonzaga Mota da Barra do Ceará (HDGMB)

Av. Dom Aloísio Lorscheider, nº 1130 – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60347-780

8. Hospital Distrital Gonzaga Mota do José Walter (HDGMJW)

Av. C, 485 – Bairro José Walter, Fortaleza/CE – CEP 60750-020

9. Hospital Distrital Gonzaga Mota de Messejana (HDGMM)

Av. Washington Soares, 7700 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60844-150

10. Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)

Rua 1018, nº 148 – 4ª Etapa – Conjunto Ceará II, Fortaleza/CE – CEP 60532-690 UPA 24h

1. UPA Cristo Redentor

Av. Pres. Castelo Branco, s/n – Bairro Cristo Redentor, Fortaleza/CE – CEP 60010-450

2. UPA 24h Itaperi

Rua Betel, sn – Bairro Rachel de Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60714-315

3. UPA 24h Bom Jardim

Rua Sargento João Pinheiro, sn - Granja Lisboa, Fortaleza – CE – CEP 61661-115

4. UPA 24h Edson Queiroz

Av. Contorno, s/n – Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60812-035

5. UPA 24h Vila Velha

Av. L, s/n– Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60810-670 (esquina com Av. G)

6. UPA 24h Jangurussu

Av. Contorno Sul, s/n – Bairro Jangurussu, Fortaleza/CE – CEP 60875-205 (esquina com Av. Castelo de Castro)

7. Base Principal do SAMU Fortaleza

Avenida Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (Anexo ao Hospital da Criança de Fortaleza – HCF)

12.1.5. A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

12.1.6. A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

12.2. Quanto o recebimento:

12.2.1. PROVISORIAMENTE, até 10 (dez) dias úteis da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

12.2.2. DEFINITIVAMENTE, até 30 (trinta) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

12.2.3. Somente após a instalação e verificação funcional, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 137, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. O Recebimento Definitivo somente dar-se-á após a verificação técnica e operacional do equipamento, incluindo testes de aceitação (quando aplicáveis), apresentação dos manuais de operação e manutenção em português, certificados de garantia, comprovação de registro sanitário na ANVISA, treinamentos conforme expressamente descrito na campo de descrição complementar de cada item e declaração de assistência técnica credenciada.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

13.2 Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

13.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

13.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.5 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de até **10 (Dez) dias úteis** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (Vinte e Quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

13.12 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.20 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

13.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.22 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

instrumento congênere.

13.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.24 Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas..

13.25 Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

13.26 Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

13.27 Garantir que todos os produtos entregues estejam devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, salvo os casos de dispensa do mesmo que deverá ser devidamente comprovada, possuindo número de registro ou cadastro válido, embalagem original, manual técnico em português e rótulo com identificação do fabricante, importador e lote de fabricação.

13.28 Fornecer treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, abrangendo instruções de operação, segurança, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos, devendo ser emitidos certificados de participação, conforme item 9.1.6.

13.29 Elaborar e entregar relatórios técnicos de entrega, instalação e verificação funcional, contendo número de série, patrimônio (quando aplicável), data, local de instalação, testes realizados e identificação do técnico responsável.

13.30 Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

13.31 Disponibilizar equipamento reserva compatível, sem ônus adicional para a Administração, sempre que a execução de reparo demandar prazo superior ao estipulado neste Termo de Referência e o bem for considerado essencial à continuidade do serviço assistencial.

13.32 Adotar práticas ambientalmente adequadas no descarte de peças e resíduos provenientes da manutenção, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as normas da ANVISA e do órgão ambiental competente, responsabilizando-se integralmente pela destinação final dos materiais.

13.33 Observar as normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar e segurança do trabalho vigentes, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às áreas



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

críticas, conforme orientações da CCIH e do SESMT, responsabilizando-se por seus prepostos e terceiros que atuarem nas dependências da unidade de saúde.

14.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1 Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

14.2 Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

14.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

14.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

14.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

14.9 Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.10 Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.10.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.11 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos.

14.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.13 Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

14.14 Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.15 A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.16 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do **Banco Santander S.A**, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A**.

16.1.1 A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

15.2 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.

15.3 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

15.4 Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

15.4.1 Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

17. DA FISCALIZAÇÃO:

16.1 A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos art. 7º e 8º do Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- 17.1.1** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.1.2** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3** der causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 17.1.5** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 17.1.6** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.7** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;;

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

17.2.4. Multa de:

17.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

17.2.4.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.

17.2.4.1.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.2.4.1.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.2.4.1.4. entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

17.2.4.2 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

17.2.4.2.1. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.2.4.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.2.4.3 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- 17.2.4.3.1.** der causa à inexecução total do contrato;
- 17.2.4.3.2.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 17.2.4.3.3.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.2.4.3.4.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.2.4.3.5.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.2.4.3.6.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2.4.4** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.
- 17.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 17.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.8. Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

17.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

19. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

19.1. O valor estimado desta contratação será em caráter sigiloso.

20. DO ÍNDICE DE REAJUSTE

20.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC).

21. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de **12 (doze) meses**, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contados a partir da data da última assinatura, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DO ACESSO À INFORMAÇÃO

22.1. Este Termo de Referência se enquadra como documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade, salvo nas hipóteses legalmente previstas, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Assunto: Estudo Técnico Preliminar destinado à verificação da melhor solução para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares de monitorização de pacientes, com vistas à modernização tecnológica e fortalecimento da rede hospitalar municipal de Fortaleza.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), por meio da Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar (COREPH), identificou a necessidade de aquisição de equipamentos essenciais para monitorização multiparamétrica de sinais vitais, oximetria de pulso, capnografia e centralização de dados clínicos.

A demanda decorre da necessidade de:

- garantir a continuidade e a integralidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- substituir equipamentos obsoletos ou inoperantes, considerando que grande parte do parque tecnológico atual se encontra envelhecido, com vida útil ultrapassada e crescente custo de manutenção;
- ampliar a capacidade de resposta em situações críticas, sobretudo nas unidades de terapia intensiva, emergências, centros cirúrgicos e ambulâncias de suporte avançado;
- padronizar o parque tecnológico, favorecendo a manutenção preventiva e corretiva, a gestão de insumos e a interoperabilidade dos dispositivos;
- fortalecer a infraestrutura hospitalar e pré-hospitalar, garantindo disponibilidade imediata de equipamentos essenciais à preservação da vida.
- viabilizar a inauguração do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), o que impõe a necessidade de aquisição de equipamentos médico-hospitalares essenciais para seu funcionamento.

A indisponibilidade ou falha de equipamentos como monitores multiparamétricos, centrais de monitoramento e capnógrafos impacta diretamente a segurança do paciente, impedindo a vigilância contínua de sinais vitais e comprometendo a tomada de decisão clínica em tempo hábil.

A presente aquisição está alinhada às diretrizes das Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) nº 509/2021 e nº 611/2022 da ANVISA, que tratam, respectivamente, das boas práticas para o funcionamento de serviços de saúde e da gestão de tecnologias em saúde. Essas normas determinam que os equipamentos médico-hospitalares sejam mantidos em condições operacionais adequadas para garantir a segurança do paciente.

A iniciativa também observa o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, ao buscar otimizar os recursos públicos através da padronização e ganho de escala. A demanda contempla a aquisição dos seguintes equipamentos:

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Equipamento	Finalidade Principal
Central de Monitoramento para UTI Adulto	Centralizar as informações vitais de múltiplos leitos de UTI Adulto em uma única tela, permitindo vigilância simultânea, armazenamento de tendências e alarmes remotos.
SISTEMA DE MONITORAMENTO CENTRAL PARA UTI NEONATAL	Centralizar os parâmetros vitais de leitos neonatais, com algoritmos específicos para detecção de eventos críticos em recém-nascidos (como apneia e bradicardia).
Monitor Multiparamétrico para UTI	Realizar a monitorização contínua de parâmetros básicos e avançados (ECG, SpO2, PNI, Temp, PI) à beira do leito em unidades de terapia intensiva.
Monitor Multiparamétrico com módulo de capnografia	Monitorar sinais vitais com ênfase na capnografia (EtCO2), essencial para pacientes em ventilação mecânica ou sedação profunda para avaliação da troca gasosa.
Monitor Multiparamétrico completo para monitoramento de pacientes	Equipamento versátil para monitorização de média e alta complexidade em diversos setores hospitalares (emergência, sala de recuperação).
Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico	Monitorização avançada intraoperatória, com capacidade para parâmetros invasivos, agentes anestésicos (se aplicável ao modelo) e resistência a interferências de bisturi elétrico.
Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos	Monitor compacto e robusto, com bateria de longa duração, destinado a garantir a vigilância contínua durante o transporte intra-hospitalar.
Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação	Monitorização não invasiva contínua da saturação de oxigênio (SpO2) e frequência de pulso em pacientes estáveis ou em triagem, com alimentação elétrica.
Oxímetro de Mesa Neonatal para monitoramento de saturação	Monitorização específica de SpO2 em recém-nascidos, com tecnologia de baixa perfusão e sensores adequados à anatomia neonatal.
Oxímetro Portátil Adulto para monitoramento de saturação	Verificação pontual (spot-check) ou contínua de curta duração da saturação de oxigênio em triagens e rondas clínicas.
Oxímetro Portátil Neonatal para monitoramento de saturação	Verificação pontual da saturação de oxigênio em neonatos, portátil para uso em berçários, alojamento conjunto e transporte.
Monitor Multiparamétrico de transporte com capnografia (Ambulância)	Monitor robusto para uso em Atendimento Pré-Hospitalar (SAMU), resistente a impactos e vibrações, com capnografia para suporte avançado de vida.
Capnógrafo portátil neonatal	Monitoramento específico e portátil do dióxido de carbono exalado (EtCO2) em neonatos, fundamental para verificação de intubação e transporte seguro.

2. ÁREAS REQUISITANTES

A área requisitante da presente contratação é a Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar (COREPH), unidade integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), responsável por planejar, coordenar e monitorar a rede hospitalar e de urgência e emergência do município.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O presente Estudo Técnico Preliminar contempla todos os hospitais da rede hospitalar gerida pela Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS). Entretanto, a contratação aqui estudada está prevista apenas para o exercício de 2026, conforme o planejamento estratégico da Pasta. No PCA 2025, atualmente vigente, há previsão nominal apenas para alguns hospitais (vide tabela a seguir), vinculados aos IDs nºs 57, 58, 59, 61, 62 e 63, todos atrelados à classe/grupo 215 –

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES, da UASG 25901 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade Responsável	UASG	Id	Unidade Hospitalar
Fundo Municipal de Saúde	25901	57	Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará
Fundo Municipal de Saúde	25901	58	Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura
Fundo Municipal de Saúde	25901	59	Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira
Fundo Municipal de Saúde	25901	60	Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter
Fundo Municipal de Saúde	25901	61	Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana
Fundo Municipal de Saúde	25901	62	Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira
Fundo Municipal de Saúde	25901	63	Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann

Cabe destacar que o PCA 2026, ainda a ser publicado, já se encontra estruturado de forma distinta, consolidando em um único item unificado a demanda de toda a rede hospitalar municipal, o que garantirá maior racionalidade, eficiência e economia de escala. Além disso, a previsão orçamentária do PCA 2026 será significativamente superior à do exercício anterior, possibilitando absorver integralmente a presente demanda e as que serão demandadas. Dessa forma, verifica-se o alinhamento entre a presente contratação e o planejamento de médio prazo da SMS, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.595/2023.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, regulatórios e administrativos, de modo a assegurar que os equipamentos adquiridos atendam integralmente às necessidades assistenciais de monitorização de sinais vitais e suporte à vida da rede hospitalar municipal, em estrita conformidade com a legislação sanitária e técnica vigente.

Requisitos Técnicos e Funcionais:

- Conformidade com padrões de desempenho e segurança específicos para uso médico-hospitalar (Normas ABNT NBR IEC da série 60601), devendo os equipamentos ser projetados para operação contínua em ambientes críticos, como UTIs, centros cirúrgicos, emergências e unidades móveis de suporte avançado.
- Atender às necessidades clínicas de monitorização, ventilação (no que tange à capnografia), oximetria e hemodinâmica, compatíveis com diferentes perfis de pacientes, desde o público neonatal (incluindo prematuros extremos) até o adulto (incluindo obesos).
- Possuir interface de operação intuitiva, com telas de fácil leitura e sistemas de alarmes

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

visuais e sonoros inteligentes (conforme norma ABNT NBR IEC 60601-1-8), que atendam às exigências de segurança e usabilidade do operador, permitindo a rápida identificação de eventos críticos.

- Fornecimento de manuais técnicos, de operação e manutenção em língua portuguesa, com instruções claras de uso e conservação .
- Garantia de disponibilidade de peças e componentes originais no mercado nacional por período mínimo de 10 (dez) anos após a aquisição .
- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo cobertura integral de peças, mão de obra e deslocamento técnico
- Adequação à infraestrutura elétrica e de aterramento das unidades de saúde, com indicação da tensão e frequência compatíveis e proteção contra sobrecarga
- Equipamentos com memória interna ou registro de eventos (quando aplicável), permitindo rastreabilidade de uso e suporte à gestão de manutenção.

Requisitos Regulatórios

- Registro ou cadastro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigências da RDC nº 751/2022 (que substitui a RDC nº 185/2001) e demais regulamentações correlatas
- Atendimento integral às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 e respectivas partes colaterais e particulares aplicáveis (segurança elétrica e desempenho essencial de equipamentos eletromédicos)
- Observância das exigências do INMETRO quanto à certificação compulsória para equipamentos eletromédicos, conforme regulamentação vigente.
- Conformidade com as RDC nº 509/2021 e RDC nº 611/2022 da ANVISA, no que tange às boas práticas de gestão, controle de manutenção e rastreabilidade de equipamentos médico-hospitalares.

Requisitos de Sustentabilidade e Gestão

- Preferência para equipamentos com baixo consumo energético, sistemas de stand-by automático e componentes recicláveis, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.
- Capacidade de integração futura com sistemas informatizados de gestão patrimonial e de engenharia clínica da SMS, viabilizando controle de inventário e manutenção.
- Fornecimento obrigatório de treinamento inicial presencial aos profissionais das áreas assistenciais e da engenharia clínica, abrangendo operação, cuidados preventivos e primeiros procedimentos de manutenção.
- Disponibilização de manual técnico digital e acesso a suporte remoto durante o período de garantia, facilitando a capacitação e o uso racional dos equipamentos.

Requisitos Administrativos e de Garantia Contratual

- Entrega, instalação, calibração e testes de aceitação de desempenho realizados em cada



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

unidade de destino, com relatório técnico de conformidade emitido pela engenharia clínica da SMS como condição de recebimento definitivo.

- Apresentação, no ato da entrega, de termo de garantia do fabricante e plano de manutenção preventiva recomendada, contendo periodicidade, procedimentos e itens críticos de inspeção.
- Responsabilidade integral do fornecedor pela assistência técnica durante o período de garantia, assegurando atendimento local ou regional com prazos máximos de resposta definidos no contrato.
- Obrigatoriedade de uso de peças originais e mão de obra qualificada, sob pena de perda de garantia.
- Fornecimento de certificado de calibração rastreável à RBC/Inmetro, quando aplicável ao tipo de equipamento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades de equipamentos médico-hospitalares foram definidas a partir da consolidação das demandas apresentadas individualmente por cada hospital da rede municipal. Cada unidade hospitalar, após provocação e orientação técnica da Engenharia Clínica da COREPH, realizou estudo próprio de necessidades e elaborou sua respectiva demanda, tendo por base as seguintes normas:

- RDC nº 50/2002 – Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- RDC nº 07/2010 – Requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). RDC nº 15/2012 – Boas práticas de processamento de produtos para saúde em serviços de saúde.
- RDC nº 302/2005 – Regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos.
- RDC nº 330/2019 – Boas práticas de funcionamento para serviços de diagnóstico por imagem.
- RDC nº 509/2021 – Requisitos essenciais de segurança e desempenho para equipamentos eletromédicos.
- RDC nº 611/2022 – Requisitos de boas práticas de fabricação e regularização de equipamentos médicos.
- RDC nº 751/2022 – Classificação de risco, requisitos de rotulagem e regularização de dispositivos médicos.
- RDC nº 222/2018 – Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- RDC nº 36/2008 – Regulamento técnico para funcionamento de unidades de internação obstétrica e berçários.
- Portaria GM/MS nº 2.048/2002 – Regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência (inclui requisitos para ambulâncias).
- ABNT NBR IEC 60601-1 – Equipamentos eletromédicos – Requisitos gerais de segurança e desempenho essencial.

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Desta forma, as informações foram consolidadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e sintetizada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL											Total Geral
		HDEAM	HDEBO	HDG MBC	HDGMJW	HDG MM	HDMUBO	HIF	HMDZAN	HNSC	UPAs	SAMU	
Central de Monitoramento para UTI Adulto	3608104	1					1		2	2			6
SISTEMA DE MONITORAMENTO CENTRAL PARA UTI NEONATAL	3608918					1							1
Monitor Multiparamétrico para UTI	3608132	12				10	12		12	22			68
Monitor Multiparamétrico com módulo de capnografia	3608190	2	1	2	2	2	2	4	12	4			31
Monitor Multiparamétrico completo para monitoramento de pacientes	3608191		10			10	20	11	63	67	51		232
Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico	3608192									4			4
Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos	3608193	3	2	2	2	2	3	2	4	2			22
Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação	3608195		10		19	20				2		42	93
Oxímetro de Mesa Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos	3608199			8		10				4		10	32
Oxímetro Portátil Adulto para monitoramento de saturação	3563647	3					40		6	65			114
Oxímetro Portátil Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos	3567004								3	7			10
Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado	3559684											12	12
Capnógrafo portátil neonatal	3608910					1				1			2
Total Geral		21	23	12	23	56	78	17	102	180	51	64	627

6. LEVANTAMENTO DO MERCADO:

Com base na consolidação de itens e quantidades constantes do DFD, verifica-se ampla oferta no mercado nacional, com múltiplos fabricantes e distribuidores por categoria, o que permite competição adequada e seleção pelo critério de menor preço com requisitos mínimos de desempenho e segurança aplicáveis a EMH.

6.1. Alternativas de solução avaliadas:

Aquisição por licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP), por item/grupos

- Como funciona: realização de pregão eletrônico, com ata de registro de preços e possibilidade de entregas parceladas por 12 meses (prorrogável conforme

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

regulamento), aderente ao planejamento unificado da rede.

• **Vantagens:**

- captura de economia de escala (volumes consolidados em 2026);
- flexibilidade logística (entrega por lote/unidade à medida das adequações físicas);
- competição ampliada (múltiplas marcas/distribuidores por item, reduzindo risco de deserto).

• **Pontos de atenção:**

- manter especificações não restritivas e verificar previamente compatibilidade elétrica/ambiental para cada unidade;
- prever testes de aceitação e treinamento na entrega.

Locação operacional com manutenção inclusa

- Aplicabilidade: itens de maior valor e criticidade (tomógrafo, mamógrafo, arco em C) podem ser locados com SLA de disponibilidade.
- Vantagens: dilui o investimento inicial, mitiga obsolescência e garante níveis de serviço.
- Desvantagens: custo total de longo prazo pode superar a compra; dependência do fornecedor; menor legado patrimonial.

Adesão a atas existentes (carona)

- Vantagens: implantação mais rápida se houver ata compatível, preços vantajosos e fornecedores com cobertura local.
- Desvantagens: menor controle sobre prazos/itens e risco de descompasso com o planejamento unificado de 2026.

Compra direta por itens (sem SRP), com adjudicação por item

- Vantagens: simplicidade procedimental em alguns casos.
- Desvantagens: perde flexibilidade de entrega parcelada, dificulta coordenação de cronogramas entre hospitais e reduz potencial de economia de escala.

Comodato atrelado a insumos

Aplicabilidade limitada para EMH de imagem e vídeo (modelo é mais comum para reagentes/sistemas de laboratório). Em geral, não recomendável para este conjunto por risco de amarração comercial e restrição à competição.

6.2. Comparativo técnico-econômico resumido (5 anos)

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Critério	SRP (Compra)	Locação com manutenção inclusa	Carona	Compra direta sem SRP
Investimento inicial	Alto	Baixo	Baixo a médio	Alto
Custo total (5 anos)	Menor (em regra)	Maior (mensalidade)	Variável	Médio
Flexibilidade de entrega	Alta (parcelas)	Média	Baixa a média	Baixa
Aderência ao PCA 2026 unificado	Alta	Média	Baixa	Média
Risco de desabastecimento/atraso	Baixo	Baixo	Médio	Médio
Mitigação da obsolescência	Média (pede política de manutenção pós-garantia)	Alta	Baixa	Baixa

6.3 Conclusão técnico-econômica

Diante do portfólio amplo e competitivo de EMH contemplado no DFD e do planejamento de consolidação em 2026, a alternativa mais vantajosa é a aquisição por SRP, por item (ou por famílias técnicas quando justificável), com entrega parcelada e treinamento + testes de aceitação como condição de recebimento.

Essa solução:

- alavanca economia de escala com os volumes totais previstos;
- oferece sincronização com as obras/adequações físicas e cronograma de inauguração do HNSC;
- preserva a ampla competição entre marcas e distribuidores, evitando especificações restritivas;
- permite planejar a manutenção: garantia mínima + estratégia de manutenção pós-garantia (processo específico ou módulo opcional com SLA).

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar de preços foi elaborada com base nas informações constantes na planilha consolidada abaixo, que apresenta os quantitativos demandados por cada hospital da rede municipal, devidamente provocados pela Engenharia Clínica/COREPH para levantamento individual.

A maior parte dos preços unitários foi obtida através de pesquisa no Portal de Consulta de Preços do Fundo Nacional de Saúde – FNS, vinculado ao Ministério da Saúde, em 04/09/2025, constituindo-se fonte oficial e fidedigna para este tipo de levantamento. Para itens não localizados nessa base, utilizaram-se pesquisas de mercado simples em sítios eletrônicos de fornecedores e consultas a Atas de Registro de Preço disponíveis.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Ressalta-se que esta estimativa de contratação não se confunde com a pesquisa de preços exigida pela Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 23, §1º, e demais dispositivos aplicáveis. Trata-se de levantamento inicial destinado a subsidiar o Estudo Técnico Preliminar, não possuindo o rigor metodológico da cotação formal exigida em fase posterior do processo licitatório.

Desse modo, a estimativa de valor aqui apresentada tem caráter meramente indicativo, servindo para dimensionar a magnitude da contratação e orientar as etapas subsequentes do planejamento, devendo ser posteriormente complementada com pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente.

Segue abaixo tabela que sintetiza os valores encontrados:

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL											Total Geral	VALOR ESTIMADO (R\$)	
		HDEAM	HDEBO	HOG MIB	HOG MIW	HOG MM	HOMBO	HIF	HMDZAN	HNSC	UPAS	SA MU		UNITÁRIO	TOTAL
Central de Monitoramento para UTI Adulto	3608104	1					1		2	2			6	178.446,00	1.070.676,00
SISTEMA DE MONITORAMENTO CENTRAL PARA UTI NEONATAL	3608918					1							1	178.446,00	178.446,00
Monitor Multiparamétrico para UTI	3608132	12				10	12		12	22			68	22.674,00	1.541.832,00
Monitor Multiparamétrico com módulo de capnografia	3608190	2	1	2	2	2	2	4	12	4			31	33.287,00	1.031.897,00
Monitor Multiparamétrico completo para monitoramento de pacientes	3608191		10			10	20	11	63	67	51		232	16.793,00	3.895.976,00
Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico	3608192									4			4	33.287,00	133.148,00
Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos	3608193	3	2	2	2	2	3	2	4	2			22	20.000,00	440.000,00
Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação	3608195		10		19	20				2		42	93	990,00	92.070,00
Oxímetro de Mesa Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos	3608199			8		10				4		10	32	990,00	31.680,00
Oxímetro Portátil Adulto para monitoramento de saturação	3563647	3					40		6	65			114	990,00	112.860,00
Oxímetro Portátil Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos	3567004								3	7			10	990,00	9.900,00
Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado	3559684											12	12	22.674,00	272.088,00
Capnógrafo portátil neonatal	3608910					1				1			2	11.277,00	22.554,00
Total Geral		21	23	12	23	56	78	17	102	180	51	64	627		8.833.127,00

oitto milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e vinte e sete reais.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução considerada mais vantajosa para atender à necessidade apresentada consiste na aquisição, por meio de processo licitatório na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), dos equipamentos médico-hospitalares descritos no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando todas as unidades hospitalares da rede municipal e o novo Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC).

A contratação, estruturada de forma unificada no PCA 2026, permitirá racionalização e economia de escala, assegurando condições homogêneas de aquisição e entrega dos

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

equipamentos essenciais, com a flexibilidade necessária para atendimento das demandas específicas de cada hospital.

8.1. Principais elementos da solução

- Aquisição por SRP, com adjudicação por item, assegurando ampla competitividade e possibilidade de participação de diversos fornecedores;
- Entrega e instalação descentralizada, conforme as necessidades de cada hospital, inclusive a inauguração do HNSC, e a existência de dotação orçamentária.
- Testes de aceitação (SAT) obrigatórios em cada equipamento, como condição de recebimento definitivo;
- Treinamento inicial para equipes assistenciais e de engenharia clínica, garantindo uso seguro e adequado dos equipamentos;
- Garantia mínima de **12 ou 24 meses - a depender do equipamento** -, com cobertura de peças, mão de obra e assistência técnica local;
- Plano de manutenção preventiva e corretiva indicado pelo fabricante, a ser observado durante e após o período de garantia;
- Fornecimento de manuais técnicos e operacionais em língua portuguesa, conforme normativos da ANVISA;
- Sustentabilidade: preferência por equipamentos com menor consumo energético, compatibilidade com sistemas digitais de gestão, e logística reversa de peças e acessórios descartados.

8.2. Benefícios esperados

- Padronização tecnológica do parque de EMH da rede municipal;
- Redução de custos com manutenção corretiva e obsolescência;
- Ampliação da capacidade de atendimento assistencial, reduzindo filas e tempo de espera;
- Segurança e qualidade assistencial, com tecnologias atualizadas e em conformidade com normas regulatórias;
- Racionalidade na gestão, com unificação da demanda e maior poder de negociação da SMS.

8.3. Diretrizes de Garantia, Manutenção e Assistência Técnicas

Para assegurar a operacionalidade contínua, a segurança dos pacientes e a eficiência dos serviços de saúde, a modelagem da contratação e a elaboração do Termo de Referência deverão ser pautadas pelas seguintes diretrizes técnicas e operacionais:

8.3.1. Abrangência e Gestão da Garantia Técnica

- **Cobertura Integral:** A contratação deve prever uma garantia técnica abrangente, que englobe defeitos de fabricação, projeto, montagem e vícios ocultos. Durante este período, todos os custos com peças, mão de obra, transporte, calibrações e atualizações de software/firmware deverão ser de responsabilidade exclusiva da futura contratada, sem ônus para a Administração.
- **Flexibilidade de Prazos:** Deve-se prever a possibilidade de ampliação do prazo mínimo de garantia, com início de contagem sempre a partir do recebimento

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

definitivo dos bens.

- **Renovação por Substituição:** É necessário garantir que qualquer peça ou componente substituído ou reparado tenha seu prazo de garantia reiniciado a partir da data da intervenção.
- **Disponibilidade de Peças:** A obrigação de disponibilidade de peças e componentes originais por **10 (dez) anos** é um compromisso de fornecimento comercial que se estende para além do período de garantia técnica. A contratada deve garantir a existência de canais de venda e reposição para a rede municipal durante todo o ciclo de vida útil estimado do equipamento, independentemente do término da garantia de fabricação.

8.3.2. Requisitos de Assistência Técnica e Qualificação Profissional

- **Atendimento Local/Regional:** Para equipamentos de maior complexidade (que exigem instalação, calibração ou testes elétricos), a futura contratada deverá comprovar a existência de assistência técnica (própria ou credenciada) com infraestrutura compatível, localizada em Fortaleza/CE ou Região Metropolitana.
- **Qualificação Exigida:** A equipe técnica alocada deverá possuir formação técnica ou superior compatível com a complexidade do equipamento (Engenharia Biomédica, Elétrica, Eletrônica, Mecânica ou correlatas), com as devidas certificações dos fabricantes e registros nos conselhos de classe (Resolução CONFEA nº 1.073/2016).
- **Equipamentos de Fornecimento Simples:** Para bens que não demandem instalação ou testes complexos, a exigência limitar-se-á à entrega em perfeitas condições de uso.

8.3.3. Diretrizes para Manutenção (Preventiva e Corretiva)

- **Padrões Normativos:** Todas as manutenções devem seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR IEC 60601-1 e correlatas.
- **Obrigatoriedade da Preventiva:** A contratação deve obrigar a execução de um cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia (incluindo inspeção, calibração, testes de segurança e atualizações), sendo o descumprimento passível de sanções contratuais.
- **Exigência de Peças Originais:** O TR deverá vedar o uso de peças paralelas ou reconcondicionadas. Toda substituição deverá utilizar componentes originais e novos, comprovados mediante nota fiscal e certificação do fabricante.

8.3.4. Níveis de Acordo de Serviço (SLA) e Prazos de Atendimento

- Para evitar a descontinuidade assistencial, os prazos de resposta e solução técnica devem ser categorizados por nível de criticidade:
- **Equipamentos Críticos (Suporte à vida/Serviços essenciais):** Prazo de resposta de até **4 horas úteis** e solução em até **24 horas corridas**. O atendimento deve ser presencial. Caso não haja solução imediata, deve-se exigir o fornecimento de equipamento reserva compatível.
- **Atendimentos Corretivos Não Emergenciais:** Prazo de resposta de até **24 horas úteis** e solução em até **48 horas úteis**, mediante agendamento prévio.
- Alternativamente, o fornecedor poderá fornecer equipamento com tecnologia e



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

função equivalentes e/ou superior, a fim de manter o serviço assistencial.

- **Suporte Remoto/Operacional:** Prazo de resposta de até **8 horas úteis** e solução em até **24 horas úteis**.

8.3.5. Protocolos Operacionais e Segurança no Ambiente Hospitalar

- **Conduta e Biossegurança:** O TR deve estabelecer regras rígidas para a atuação técnica nas unidades de saúde, incluindo a obrigatoriedade de autorização prévia, uso de crachás, fornecimento de EPIs pela contratada, cumprimento das normas da CCIH, SESMT e ANVISA, além do respeito aos fluxos das áreas críticas (UTI, CME, Centro Cirúrgico).
- **Transporte Externo:** Caso seja necessária a retirada de equipamentos da unidade para conserto, o transporte será de total responsabilidade da contratada, condicionado à emissão prévia de um Termo de Retirada de Equipamento e retorno validado por relatório técnico conclusivo.

8.3.6. Rastreabilidade e Documentação

- **Sistemas de Registro:** A contratada deverá manter um sistema informatizado ou planilha validada para controle de chamados, registrando os tempos de resposta/solução para fins de auditoria.
- **Relatórios Técnicos:** Toda e qualquer intervenção (preventiva, corretiva ou emergencial) deverá gerar um relatório técnico padronizado e assinado, detalhando a falha, o serviço prestado, as peças trocadas e os testes de segurança realizados.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 40, inciso V, alínea "b", e art. 47, inciso II, estabelece o parcelamento como regra, devendo a contratação ser dividida em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

Entretanto, a Súmula 247 do TCU admite o agrupamento quando houver necessidade de manter a garantia de funcionamento do conjunto ou quando o parcelamento implicar risco à execução do objeto. Diante disso, optou-se por uma solução mista, composta por 01 (um) Grupo e Itens Avulsos, conforme as justificativas abaixo:

9.1. Do Agrupamento (Lote Único de Solução de Monitoramento Crítico)

Optou-se por agrupar os equipamentos que compõem a espinha dorsal do monitoramento intensivo em um único lote.

- **GRUPO 01 - Solução Integrada de Monitoramento Centralizado e UTI:**

1. Central de Monitoramento para UTI Adulto;
2. Monitor Multiparamétrico para UTI;
3. Sistema de Monitoramento Central para UTI Neonatal;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

4. Monitor Multiparamétrico Completo Para Monitoramento De Pacientes;
5. Monitor Multiparamétrico Com Módulo De Capnografia;
6. Monitor Multiparamétrico Completo Para Centro Cirúrgico;
7. Monitor Multiparamétrico De Transporte Para Pacientes Críticos;

A formação deste grupo justifica-se pela imprescindível necessidade de interoperabilidade nativa e integridade de dados. As Centrais de Monitoramento (tanto Adulto quanto Neonatal) e os Monitores de UTI operam em rede, exigindo protocolos de comunicação proprietários ou complexos para garantir o espelhamento fidedigno de curvas em tempo real, gestão de alarmes remotos e armazenamento de tendências clínicas (Holter 24h, eventos de arritmia, etc.).

A aquisição destes itens de fornecedores distintos acarretaria elevado risco técnico de incompatibilidade ("falha de comunicação"), atraso no disparo de alarmes na central (latência) ou necessidade de interfaces (middlewares) que encarecem a solução e dificultam a assistência técnica.

Ao agrupar, assegura-se que a infraestrutura de monitoramento crítico da unidade hospitalar seja padronizada, com responsabilidade única pela conectividade e funcionamento do sistema, atendendo aos requisitos de segurança da RDC nº 509/2021.

Além disso, o agrupamento visa a atender aos interesses da administração pública, pois garante a padronização do parque tecnológico, intercambialidade de acessórios e componentes entre os equipamentos, reduzindo custos com vários processos de aquisição de acessórios, peças e demais componentes, além de facilitar o suporte técnico e garantir economia em escala, proporcionando a aquisição mais vantajosa de acessórios para a administração.

A exigência de compatibilidade nativa entre monitores e centrais justifica-se pela imprescindível necessidade de segurança do paciente. Em ambientes críticos como UTIs, a integração nativa garante a ausência de latência no disparo de alarmes remotos e a fidedignidade total no espelhamento de curvas e tendências. O uso de interfaces de terceiros poderia comprometer a rapidez da resposta clínica e elevar o risco de eventos adversos, contrariando as boas práticas de engenharia clínica e a RDC nº 509/2021.

9.2. Dos Itens Avulsos

Os demais itens, por possuírem natureza autônoma, utilização em cenários específicos (ambulâncias do SAMU, por exemplo) serão licitados individualmente.

São eles:

- Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado;
- Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação;
- Oxímetro de Mesa Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos;
- Oxímetro Portátil Adulto para monitoramento de saturação;
- Oxímetro Portátil Neonatal para monitoramento de saturação em recém-nascidos;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- Capnógrafo portátil neonatal.

9.3. Conclusão

A modelagem adotada respeita os princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo a integridade sistêmica onde ela é crítica para a segurança do paciente (nas UTIs com central) e promovendo a máxima competitividade nos demais itens onde a independência tecnológica é viável.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação em estudo visa alcançar resultados expressivos para a rede hospitalar e pré-hospitalar municipal, tanto sob o ponto de vista assistencial e clínico quanto sob o aspecto de gestão administrativa e otimização de recursos públicos.

10.1. Resultados Assistenciais

- Melhoria da segurança e da qualidade do cuidado prestado aos pacientes em estado crítico, por meio da disponibilidade de equipamentos modernos e confiáveis para monitorização multiparamétrica contínua, oximetria de pulso, capnografia e centralização de dados clínicos;
- Redução do tempo de resposta em situações de urgência e emergência, permitindo a detecção precoce de deterioração clínica e alterações hemodinâmicas, garantindo suporte imediato à manutenção das funções vitais;
- Fortalecimento das unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos, emergências e ambulâncias de suporte avançado, assegurando a vigilância ininterrupta de parâmetros fisiológicos em todos os níveis de complexidade;
- Conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis (ANVISA, ABNT e INMETRO), promovendo segurança elétrica, desempenho essencial, rastreabilidade e gestão eficiente de alarmes clínicos;
- Melhoria da capacidade operacional e da resolutividade da rede, reduzindo o risco de eventos adversos decorrentes de falhas na vigilância do paciente ou indisponibilidade de equipamentos essenciais;
- Aprimoramento da atenção neonatal e pediátrica, com equipamentos dotados de algoritmos e sensores específicos a esses públicos, reforçando a segurança e a precisão nos cuidados intensivos especializados.

10.2. Resultados Econômicos e de Gestão

- Padronização tecnológica e funcional do parque de equipamentos médico-hospitalares (EMH), o que facilita a gestão de manutenção, reduz custos com assistência técnica e amplia a eficiência logística;
- Diminuição da incidência de manutenções corretivas onerosas, substituindo equipamentos obsoletos e de alto custo operacional por modelos mais modernos, duráveis e de baixo consumo energético;
- Economia de escala ao consolidar, no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), demandas comuns de todos os hospitais e do SAMU, otimizando o processo



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

licitatório;

- Aumento da competitividade do certame com adjudicação por item ou grupo técnico, favorecendo a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento;
- Fortalecimento da governança em saúde, com planejamento integrado conduzido pela COREPH e alinhado às diretrizes do Decreto Municipal nº 15.595/2023, que regulamenta o planejamento e a gestão das contratações públicas no âmbito da SMS;
- Melhor controle e rastreabilidade do ciclo de vida dos equipamentos, por meio da integração futura aos sistemas informatizados de gestão da engenharia clínica.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração antes da formalização da contratação, pois:

- Os equipamentos objeto desta contratação — como Centrais de Monitoramento, Monitores Multiparamétricos, Oxímetros e Capnógrafos — já possuem infraestrutura elétrica, de rede de dados, mobiliária e operacional compatível nas unidades hospitalares e de pronto atendimento da rede municipal;
- Trata-se, em grande parte, de substituição ou renovação tecnológica de equipamentos existentes, não implicando novas instalações físicas civis ou ampliações estruturais complexas;
- Os novos equipamentos de monitorização de sinais vitais são de porte compacto e instalação simples, podendo ser alocados imediatamente após o recebimento e validação técnica pela engenharia clínica;
- Eventuais adequações menores, como instalação de tomadas hospitalares, pontos de aterramento, pontos de lógica (rede) ou calibração inicial, já se encontram previstas na rotina de manutenção da rede ou serão executadas pelo fornecedor durante o processo de instalação e aceitação técnica.

Dessa forma, a contratação poderá ser executada sem necessidade de obras ou ajustes prévios adicionais, permitindo a instalação imediata e o uso efetivo dos equipamentos após a entrega, em conformidade com o cronograma estabelecido pela COREPH e pelas unidades de destino.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam impactar ou influenciar a presente demanda.

A aquisição em estudo contempla, de forma autônoma e independente, a substituição, padronização e ampliação do parque tecnológico de equipamentos de monitorização de sinais vitais, tais como Centrais de Monitoramento, Monitores Multiparamétricos, Oxímetros e Capnógrafos.

Embora existam contratos vigentes relacionados à manutenção preventiva e corretiva, calibração e gestão patrimonial de EMH na rede hospitalar municipal, esses instrumentos

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

não configuram interdependência direta com a presente contratação, uma vez que têm por objeto o suporte técnico continuado e não a aquisição de novos bens.

Assim, a execução do presente processo poderá ocorrer de forma autônoma, segura e coordenada com as rotinas de manutenção e incorporação tecnológica da Secretaria Municipal da Saúde, sob gestão da COREPH, sem dependência de outras licitações ou contratações diretas em curso.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de equipamentos médico-hospitalares (EMH) envolve potenciais impactos ambientais relacionados ao consumo de energia, ao uso de insumos e ao descarte de resíduos e componentes ao final da vida útil dos bens.

13.1. Aspectos positivos esperados

- Substituição de equipamentos antigos por novos, mais eficientes em consumo energético, contribuindo para a redução da pegada ambiental das unidades hospitalares;
- Possibilidade de aquisição de tecnologias mais modernas, com menor necessidade de insumos descartáveis e maior durabilidade dos componentes;
- Redução de manutenções corretivas em excesso, que frequentemente geram resíduos (peças, óleos, eletrônicos etc.).

13.2. Medidas de mitigação e sustentabilidade

- Exigência de certificação de conformidade com normas ambientais e de eficiência energética aplicáveis (INMETRO/ABNT), sempre que disponíveis;
- Logística reversa para baterias, componentes eletrônicos e acessórios descartados, conforme previsto em legislação ambiental específica;
- Preferência por fornecedores que ofereçam planos de descarte adequado ou que estejam cadastrados em programas de sustentabilidade;
- Manutenção preventiva periódica, conforme recomendações do fabricante, a fim de aumentar a vida útil dos equipamentos e reduzir a geração de resíduos.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a modernização sustentável do parque tecnológico hospitalar, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de gestão ambiental aplicáveis à Administração Pública.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise da necessidade apresentada, das áreas envolvidas, da previsão no PCA, das quantidades demandadas, do levantamento de mercado, da estimativa preliminar de preços, da descrição da solução, da justificativa para parcelamento, dos resultados pretendidos, das providências prévias, da ausência de contratações correlatas e da avaliação dos impactos ambientais, **conclui-se pela viabilidade da presente contratação.**



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

A solução recomendada consiste na aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com adjudicação mista (por grupo e por item), de equipamentos médico-hospitalares de monitorização de sinais vitais, oximetria e capnografia constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando todos os hospitais da rede municipal de Fortaleza e o Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC).

Tal contratação é essencial para:

- assegurar a continuidade e a qualidade da assistência à saúde;
- fortalecer a estrutura assistencial dos hospitais da rede e apoiar a implantação do HNSC;
- promover a substituição de equipamentos obsoletos e a modernização tecnológica da rede;
- garantir maior segurança, eficiência e resolutividade no atendimento hospitalar e pré-hospitalar;
- atender às diretrizes de planejamento da SMS, com previsão unificada no PCA 2026 e respaldo orçamentário adequado.
- assegurar o atendimento imediato a emergências clínicas e cirúrgicas, com equipamentos confiáveis e em conformidade com normas sanitárias e técnicas vigentes

Assim, este Estudo Técnico Preliminar recomenda a deflagração do processo licitatório correspondente, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme o Decreto Municipal nº 15.608/2023 e suas atualizações, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr (a). Pregoeiro (a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A Empresa _____ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº __, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

1. Identificação da licitante:

- a. Razão Social:
- b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- c. Endereço completo:
- d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- e. Telefone, celular, *e-mail*:
- f. Banco Santander S/A , agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão **(não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação).**



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

3. Formação do Preço:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria das Licitações da Prefeitura de Fortaleza - SELIFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados.
2. O prazo de início da execução do serviço será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__-SMS
Pregão Eletrônico nº
Processo nº **P514480/2025**

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de 202..., publicada no de de, portador da matrícula funcional nº, conforme deliberação constante do julgamento do Pregão Eletrônico nº ____/202_ e do respectivo resultado dehomologado, publicado no/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 15.608, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº _____

II - Nos termos dos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

2. DO OBJETO

2.1. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES IV (EMH IV), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, podendo ser prorrogado nos limites da lei e mediante justificativa do interesse público, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº **P514480/2025**.

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

3.1. Este instrumento será assinado pela Central de Licitações do Município de Fortaleza e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído, na forma do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

3.2. A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

3.3. O prazo de vigência da presente Ata é de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o art. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

3.5. Será incluído nesta ata, na forma de anexo, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento;

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

6.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído contendo obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do edital ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

6.9. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de validade da ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza que não tenha participado do certame licitatório poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

gerenciador e órgãos participantes.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

7.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.8. O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento anexo parte integrante desta Ata.

7.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.2. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.3. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

8.3.1. Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

8.3.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.3.3. Responder no prazo de até __ (__) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

8.3.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

8.3.5. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

9.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no anexo xx desta Ata, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

9.2. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

9.4. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.5. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.6. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.7. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preço.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e por razão de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador; nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizados pelos órgãos participantes e não participantes caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

12.3. Nos processos para apuração e aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observados os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.4. O fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estará sujeito, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às respectivas penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 31 de março de 2023.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

13.2. Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

13.3. Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	email da empresa	Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO X -QUANTITATIVOS RESERVADOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR _____

ANEXO XX - DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT	VALOR UNITÁRIO DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
VALOR TOTAL DO ITEM R\$								



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____/ 20__–

Processo nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA _____ E A (O) CONTRATADA _____

_____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA. O MUNICÍPIO DE FORTALEZA **pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) _____ (órgão contratante),**

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.) _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, os Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES IV (EMH IV), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL.**

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital de Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de **12 (doze) meses**, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contados a partir da data da última assinatura, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do **Banco Santander S.A.**, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A.**

5.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

5.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

5.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

5.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

5.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (**Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC**).

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Quanto à entrega:

7.1.1. Antes do início da execução, a contratada deverá atender às seguintes exigências e providências:

- Apresentar o nome e a comprovação da habilitação do responsável técnico pelo contrato, com registro ativo no CREA ou CFT, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), somente nos casos em que o fornecimento envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados.
- Apresentar plano logístico de entrega, instalação e treinamento, contendo as unidades de destino, sequência de entrega, cronograma de execução e responsável técnico de campo. Esse plano deverá ser previamente analisado e aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.
- Apresentar cronograma de manutenção preventiva aplicável ao período de garantia contratual, com indicação das etapas, periodicidade e procedimentos previstos, conforme recomendações do fabricante.
- Firmar Termo de Ciência e Compromisso, declarando ciência das normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar, segurança do trabalho e conduta ética a serem observadas durante a permanência dos técnicos nas unidades de saúde.
- Submeter à aprovação da Engenharia Clínica/COREPH os modelos de relatórios técnicos, checklists de entrega e manutenção, que serão utilizados para o acompanhamento do contrato e recebimento definitivo dos equipamentos.

7.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até:

- 30 (trinta) dias corridos para os itens dos lotes 07, 08, 09 e 10;
- 60 (sessenta) dias corridos para os itens dos lotes 02, 03, 04, 05, 06 e 11;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- 75 (setenta e cinco) dias corridos para os itens do lote 01;

sendo os prazos acima contados a partir da data de emissão da nota de empenho, salvo prazos superiores expressamente previstos na descrição complementar do item correspondente.

7.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

7.1.4. O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central, hospitais, UPAs e bases do SAMU - todos situados no município de Fortaleza/CE-, nos seguintes endereços (lista não exaustiva):

1. Almoxarifado Central da SMS

R. Encontros, 1800 B - Bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE - CEP 60810-670

2. Hospital da Mulher de Fortaleza – Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN)

Av. Lineu Machado, nº 155 – Bairro Jôquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (entrada pela Rua Prof. Manoel Lourenço).

3. Hospital da Criança de Fortaleza (HCF)

Av. Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jôquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101

4. Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha de Messejana (HDEBO)

Av. Jornalista Tomaz Coelho, nº 1578 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60842-021

5. Hospital Distrital Maria José Barros de Oliveira – Frotinha da Parangaba (HDMJBO)

Av. General Osório de Paiva, nº 1127 – Bairro Parangaba, Fortaleza/CE – CEP 60741-000

6. Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura – Frotinha de Antônio Bezerra (HDEAM)

Rua Cândido Maia, nº 294 – Bairro Antônio Bezerra, Fortaleza/CE – CEP 60356-830

7. Hospital Distrital Gonzaga Mota da Barra do Ceará (HDGMB)

Av. Dom Aloísio Lorscheider, nº 1130 – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60347-780

8. Hospital Distrital Gonzaga Mota do José Walter (HDGMJW)

Av. C, 485 – Bairro José Walter, Fortaleza/CE – CEP 60750-020

9. Hospital Distrital Gonzaga Mota de Messejana (HDGMM)

Av. Washington Soares, 7700 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60844-150

10. Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)

Rua 1018, nº 148 – 4ª Etapa – Conjunto Ceará II, Fortaleza/CE – CEP 60532-690 UPA 24h

1. UPA Cristo Redentor

Av. Pres. Castelo Branco, s/n – Bairro Cristo Redentor, Fortaleza/CE – CEP 60010-450

2. UPA 24h Itaperi

Rua Betel, sn – Bairro Rachel de Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60714-315

3. UPA 24h Bom Jardim



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

Rua Sargento João Pinheiro, sn - Granja Lisboa, Fortaleza – CE – CEP 61661-115

4. UPA 24h Edson Queiroz

Av. Contorno, s/n – Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60812-035

5. UPA 24h Vila Velha

Av. L, s/n– Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60810-670 (esquina com Av. G)

6. UPA 24h Jangurussu

Av. Contorno Sul, s/n – Bairro Jangurussu, Fortaleza/CE – CEP 60875-205 (esquina com Av. Castelo de Castro)

7. Base Principal do SAMU Fortaleza

Avenida Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (Anexo ao Hospital da Criança de Fortaleza – HCF)

7.1.5. A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

7.1.6. A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

7.2. Quanto o recebimento:

7.2.1. PROVISORIAMENTE, **até 10 (dez) dias úteis** da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

7.2.2. DEFINITIVAMENTE, **até 30 (trinta) dias úteis** da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORGÃO), consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

- **25901.10.302.0123.1003.0051, Elemento de Despesa 449052; Fonte: 0.150010020000;** da Gestão e manutenção das ações da Atenção Especializada em Saúde - Rede Própria;
- **25901.10.302.0123.1003.0051, Elemento de Despesa 339030; Fonte: 0.160100000000;** da Gestão e manutenção das ações da Atenção Especializada em Saúde - Rede Própria;

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

9.1. Necessário apresentação de Garantia mínima de **12 (doze) meses** para os **ITENS 07, 08, 09 e 10** (oxímetros); e de **24 (vinte e quatro) meses** para os demais itens contra defeito de fabricação.

9.2. O prazo de garantia técnica contratual terá início a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme itens 9.2.2. e 9.2.4. do presente termo. Todavia, a CONTRATADA deverá assegurar cobertura integral e assistência técnica sem ônus para a Administração durante todo o período compreendido entre o recebimento provisório, instalação e testes, até a formalização do recebimento definitivo, garantindo que nenhum equipamento entre em operação assistida sem a devida proteção e suporte do fabricante. Para tanto, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia no ato da formalização do recebimento definitivo .

9.3. A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016 ;

9.3.1. A obrigação de disponibilidade de peças e componentes originais por **10 (dez) anos** é um compromisso de fornecimento comercial que se estende para além do período de garantia técnica, devendo a contratada garantir a existência de canais de venda e reposição para a rede municipal durante todo o ciclo de vida útil estimado do equipamento ;

9.4. A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1e correlatas .

9.5. Sempre que houver necessidade de deslocamento do equipamento ou de partes e peças para fora das dependências da unidade de saúde, o transporte deverá ser realizado sob responsabilidade integral da contratada, mediante justificativa técnica formal previamente autorizada pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH. Nessa ocasião, deverá ser emitido Termo de Retirada de Equipamento, contendo a descrição detalhada do bem, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, defeito apresentado, estado físico e data de retirada, com assinatura do técnico responsável da contratada e do representante da unidade de saúde. O mesmo procedimento deverá ser adotado para o retorno do equipamento, mediante relatório técnico conclusivo descrevendo o serviço realizado, peças substituídas, testes de segurança elétrica e funcionalidade ;

9.6. A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração ;

9.7. Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições;

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);
- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;
- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajes inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

9.8. Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração .

9.9. Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável .

9.10. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

9.11. Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH .

9.12. As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware .

9.13. Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados .

9.14. O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo .

9.15. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH .

9.15.1. A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica corretiva para todos os equipamentos instalados, observando os seguintes níveis de serviço (SLA), contados a partir da abertura do chamado técnico pela Unidade Requisitante ou pela Gestão do Contrato :

I. Tempo de Resposta Inicial: Máximo de **04 (quatro) horas úteis**. Entende-se como resposta inicial o contato técnico qualificado para triagem, diagnóstico remoto ou confirmação de agendamento da visita presencial.

II. Tempo de Solução Definitiva: Máximo de **24 (vinte e quatro) horas** corridas. Entende-se como solução definitiva o restabelecimento total das funções operacionais do equipamento, com a substituição de peças originais, se necessário.

III. Equipamento de Backup: Caso a solução definitiva não seja possível dentro do prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicional, um equipamento de reserva (backup) com características técnicas equivalentes ou superiores, garantindo que o serviço assistencial não sofra interrupção.

9.15.2. Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até **24 (vinte e quatro) horas úteis**, e o prazo máximo de solução será de até **48 (quarenta e oito) horas úteis**. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante .

9.15.3. As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis .

9.15.4. O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até **8**



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

(oito) horas úteis e prazo máximo de solução de até **24 (vinte e quatro) horas úteis**. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

9.16. A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

9.17. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de até **10(Dez) dias úteis** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

- 10.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.15.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.19.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.20.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 10.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.22.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no q u e se t r a t a de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

10.27. Garantir que todos os produtos entregues estejam devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, salvo os casos de dispensa do mesmo que deverá ser devidamente comprovada, possuindo número de registro ou cadastro válido, embalagem original, manual técnico em português e rótulo com identificação do fabricante, importador e lote de fabricação.

10.28. Fornecer treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, abrangendo instruções de operação, segurança, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos, devendo ser emitidos certificados de participação, conforme item 9.1.6.

10.29. Elaborar e entregar relatórios técnicos de entrega, instalação e verificação funcional, contendo número de série, patrimônio (quando aplicável), data, local de instalação, testes realizados e identificação do técnico responsável.

10.30. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

10.31. Disponibilizar equipamento reserva compatível, sem ônus adicional para a Administração, sempre que a execução de reparo demandar prazo superior ao estipulado neste Termo de Referência e o bem for considerado essencial à continuidade do serviço assistencial.

10.32. Adotar práticas ambientalmente adequadas no descarte de peças e resíduos provenientes da manutenção, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as normas da ANVISA e do órgão ambiental competente, responsabilizando-se integralmente pela destinação final dos materiais.

10.33. Observar as normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar e segurança do trabalho vigentes, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às áreas críticas, conforme orientações da CCIH e do SESMT, responsabilizando-se por seus prepostos e terceiros que atuarem nas dependências da unidade de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.14. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.15. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

11.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e 1 (um) gestor do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, conforme quadro abaixo discriminado:

GESTOR				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				
FISCAL				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				

12.2. Ao fiscal (is) e ao gestor (es) competirão, além do previsto no Anexo I do Edital correlato, às seguintes atribuições conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa de:

14.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

14.2.4.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.

14.2.4.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.2.4.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.2.4.1.4. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

14.2.4.2. 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

14.2.4.2.1. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.2.4.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.4.3. 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

14.2.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.2.4.3.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.4.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.4.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.4.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.4.4. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO(A)

Testemunhas: (nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO

O Município de Fortaleza vem, por meio desta, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, porque tal empresa poderá, de repente, ter os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de fornecimento de objetos semelhantes aos licitados. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a administração a presunção de que se a licitante já executou com sucesso objeto similar tem condições para assim fazê-lo novamente. Essa presunção se forma com base na experiência obtida pela licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na obtenção desses atestados.

(documento assinado digitalmente)

Riane Maria Barbosa De Azevedo

Secretária Municipal Da Saúde De Fortaleza



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO VI – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20__

<u>Nº</u> <u>CONTRATO</u>	<u>CONTRATADA</u>	<u>CNPJ</u>
<u>OBJETO DO CONTRATO:</u>		
<u>ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u> Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
Item	Produto	Qtd Vr Unitário Vr Total R\$ R\$
1		
TOTAL		R\$
<u>LOCAL DE ENTREGA:</u>		
<u>VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u>		
<u>VALOR GLOBAL DO CONTRATO:</u> R\$		
<u>PRAZO DE ENTREGA:</u> até 10 (Dez) dias úteis, contado da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer os itens objeto do contrato nº /20__, processo nº **P514480/2025** discriminado nesta OS.

Fortaleza, de de 20__.

Matrícula nº

Diretor/Coordenador Administrativo-Financeiro

EMPRESA

ÓRGÃO / ENTIDADE

CONTRATADO (A)



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

ANEXO VII –DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratada observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e data

Licitante

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744**ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
331503	<p>Descrição: CENTRAL DE MONITORAMENTO PARA UTI ADULTO.</p> <p>Descrição complementar: Central de Monitoramento para UTI Adulto – aplicação: vigilância contínua, centralizada e multiparamétrica de pacientes críticos, com registro de tendências, alarmes, eventos e suporte à tomada de decisão clínica em tempo real. A central deverá possuir capacidade mínima instalada para 15 leitos monitorados simultaneamente. O sistema deverá possibilitar a exibição simultânea de, no mínimo, seis traçados por paciente (exemplo: ECG até 12 derivações, SpO₂, PNI/PIA, PlmCO₂/EtCO₂, respiratório, entre outros) associados à tabela de parâmetros numéricos. Deverá apresentar tendências gráficas e tabulares por paciente, com armazenamento em alta resolução por, no mínimo, 72 horas, e de longo prazo por 30 dias ou mais, com possibilidade de exportação. Os alarmes fisiológicos e técnicos deverão ser configuráveis, com prioridades diferenciadas, ajuste de limites por paciente e registro em lista de eventos com data e hora. A central deve permitir reconstrução e revisão de eventos, com faixa retrospectiva mínima de 10 minutos por paciente, além de identificação positiva do paciente com nome, leito, sexo, idade e ID associado automaticamente ao monitor de beira-leito. A compatibilidade nativa deve ser garantida com monitores multiparamétricos do mesmo fabricante, sendo desejável que o sistema permita interoperabilidade com monitores de outros fabricantes, quando tecnicamente possível, mediante uso de padrões de integração disponíveis no mercado. O hardware da central deverá ser provido em servidor ou estação dedicada, com processador mínimo de 4 núcleos, memória RAM de pelo menos 16 GB e armazenamento de 1 TB em RAID ou SSD com recurso de espelhamento ou backup. A visualização deverá ser feita em, no mínimo, duas telas de LED/LCD de 24 polegadas (ou superior) com resolução Full HD (1920x1080). O sistema deverá ser fornecido com nobreak online de dupla conversão com autonomia mínima de 120 minutos em plena carga. O sistema operacional e banco de dados deverão ser suportados pelo fabricante, com atualizações de segurança garantidas por pelo menos 24 meses. Caso haja necessidade de licenças de uso de software, servidor ou integração, estas deverão ter validade perpétua ou mínima de 10 anos, contados a partir da ativação em cada unidade. Deverá dispor de rede Ethernet 1 Gbps nativa (RJ-45) e, quando previsto pelo fabricante, visualizações móveis via Wi-Fi, mantendo-se obrigatoriamente a rede cabeada para aquisição de dados clínicos. A integração com sistemas de prontuário eletrônico deverá ser realizada por HL7 v2.x (mensageria ADT/PAM), quando disponível na unidade. Será obrigatória a exportação de tendências e relatórios em formato CSV e PDF, com sincronização de tempo por NTP e logs de auditoria exportáveis. O sistema deve atender aos requisitos de segurança e cibersegurança, com autenticação por perfis de usuário, registros de log, timeout de sessão, criptografia TLS 1.2 ou superior (quando disponível) e compatibilidade com segmentação de rede hospitalar. Deverá atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), IEC 80601-2-49 (particular de sistemas de monitorização multiparamétrica) e demais aplicáveis. O produto deve possuir registro junto à ANVISA conforme RDC 751/2022, com manual de instalação e operação em português, em meio físico e digital. A instalação será de responsabilidade integral do fornecedor, incluindo fornecimento de hardware, software, cabos, conectores, switches, licenças e demais acessórios necessários para a operação de, no mínimo, 15 leitos. O fornecedor deverá entregar memorial descritivo e esquema lógico da rede utilizada, incluindo endereçamento IP, portas de comunicação e requisitos de integração, quando aplicável. Os testes de aceitação deverão contemplar a comunicação com todos os leitos, funcionamento dos alarmes, reconstrução de eventos, exportação de relatórios e logs de auditoria. A instalação</p>

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	<p>somente será considerada concluída após a comprovação de pleno funcionamento e emissão de termo de aceitação assinado pela Engenharia Clínica ou unidade demandante. A infraestrutura mínima — pontos de rede e local adequado para instalação do servidor ou estação — será provida pelo hospital, com suporte técnico do fornecedor na especificação desses requisitos. O fornecedor deverá garantir assistência técnica autorizada no Brasil, com disponibilidade de peças e tempo máximo de atendimento técnico conforme disposto no item 5.4.14.1 deste TR. As atualizações de software e firmware deverão ser fornecidas por, no mínimo, 24 meses. O sistema deverá possuir garantia mínima de 24 meses. O treinamento deverá ser realizado presencialmente em cada unidade contemplada em Fortaleza/CE, no local da instalação, abrangendo médicos, enfermagem e engenharia clínica, incluindo operação, alarmes e manutenção de primeiro nível. Não serão admitidos treinamentos a distância. A alimentação elétrica será de 220 Vca, 60 Hz ($\pm 10\%$), com aterramento conforme ABNT NBR 5410. O fornecedor deverá prover todos os dispositivos necessários para proteção e estabilização da alimentação elétrica do sistema (como nobreaks, filtros ou estabilizadores internos), garantindo o funcionamento contínuo independentemente de variações da rede. O sistema deverá operar em temperatura de 10 a 35 °C e umidade relativa de 30 a 85%, sem condensação, ou conforme manual do fabricante</p>
405370	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA UTI.</p> <p>Descrição complementar: Aplicação: monitoramento contínuo de parâmetros fisiológicos de pacientes críticos adultos, pediátricos e neonatais em Unidades de Terapia Intensiva. O equipamento deverá permitir a monitorização simultânea e contínua, no mínimo, dos seguintes parâmetros: ECG de 5 derivações com análise de frequência cardíaca na faixa de 30 a 250 bpm; respiração por impedância torácica; saturação periférica de oxigênio (SpO2) com curva de pletismografia em tempo real, faixa de leitura de 0 a 100%, com precisão mínima de $\pm 2\%$ entre 70 e 100%; pressão arterial não invasiva (NIBP), na faixa de 10 a 270 mmHg, com modos adulto, pediátrico e neonatal; pressão arterial invasiva, em no mínimo dois canais, com faixa de 0 a 300 mmHg e curvas em tempo real; temperatura em no mínimo dois canais, com faixa de 0 a 50°C e precisão mínima de $\pm 0,1^\circ\text{C}$. Capnografia (EtCO2): O sistema deverá realizar a monitorização do dióxido de carbono exalado em tempo real, apresentando valores numéricos e curva capnográfica, sendo aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com compensação de O2 e N2O. O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 10 polegadas, com capacidade de exibição simultânea de no mínimo seis curvas, interface em português e alarmes sonoros e visuais configuráveis individualmente por parâmetro. Deve dispor de memória interna para registro de tendências numéricas e gráficas, além de recursos de congelamento de tela e revisão de eventos. Deverá apresentar conectividade para exportação de dados via porta USB, interface de rede Ethernet e compatibilidade total com a central de monitoramento ofertada. Acessórios mínimos: Deverão incluir 01 sensor de SpO2 tipo clipe adulto, 01 sensor de SpO2 tipo clipe pediátrico e 01 sensor de SpO2 neonatal (tipo Y ou soft), todos reutilizáveis; 01 braçadeira adulto padrão, 01 braçadeira adulto obeso, 01 braçadeira pediátrica e 01 braçadeira neonatal; 02 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 02 cabos transdutores para pressão invasiva; sensores/módulos de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea ou linhas de amostragem (tamanhos adulto, pediátrico e neonatal); além de cabos de alimentação adequados à rede elétrica nacional. O equipamento deverá funcionar em alimentação elétrica 110/220 V, 50/60 Hz, possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de 120 minutos, atender às normas ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-1-2. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial no local da instalação e garantir assistência técnica autorizada em Fortaleza/CE, com fornecimento de peças originais pelo prazo mínimo de 10 anos após a instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses.</p>

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

335300

Descrição: SISTEMA DE MONITORAMENTO CENTRAL PARA UTI NEONATAL.

Descrição complementar: “1. Aplicação e Capacidade Sistema de vigilância contínua, centralizada e multiparamétrica destinado a pacientes neonatais críticos. O sistema deve possuir capacidade instalada para monitorar, simultaneamente, no mínimo 15 leitos, permitindo a visualização centralizada no posto de enfermagem e visualizações distribuídas (remotas) em ambientes de apoio (sala médica, prescrição), garantindo a integridade dos dados e alarmes. 2. Visualização e Parâmetros A central deve exibir simultaneamente, no mínimo, seis traçados de ondas por paciente (incluindo ECG, SpO₂, PNI, Respiração, PI e EtCO₂), associados à tabela de parâmetros numéricos. • Recursos Neonatais: Deve incluir algoritmos específicos para detecção de eventos neonatais (bradicardia, taquicardia, apneia, dessaturação) e visualização de OxyCRG (Oxi-Cardiorespirograma). • Histórico: Armazenamento de tendências gráficas e tabulares de alta resolução por 72 horas e longo prazo por 30 dias. Deve possuir recurso de Full Disclosure (revisão de ondas) para análise retrospectiva de eventos de, no mínimo, 72 horas. 3. Hardware e Infraestrutura de TI O hardware da central (servidor ou estação de trabalho dedicada) deve possuir características industriais ou corporativas para regime de trabalho 24/7: • Processamento: Processador mínimo de 4 núcleos e memória RAM de, pelo menos, 16 GB. • Armazenamento: Tecnologia SSD (Solid State Drive) de, no mínimo, 480 GB, garantindo velocidade na gravação e leitura de eventos críticos. • Visualização: Fornecimento de, no mínimo, duas telas de LED/LCD de 24 polegadas (ou superior) com resolução Full HD (1920x1080). • Proteção Elétrica: O sistema deve ser fornecido com Nobreak de Dupla Conversão (onda senoidal pura), com autonomia mínima de 120 minutos a plena carga, garantindo a continuidade da monitorização e a proteção do banco de dados contra corrupção em falhas elétricas. 4. Interoperabilidade e Conectividade • Compatibilidade: Deve possuir compatibilidade nativa e bidirecional com os monitores multiparamétricos de beira-leito ofertados, permitindo admissão de paciente, silenciamento de alarmes e ajustes de limites a partir da central. • Integração Hospitalar: Capacidade de integração com Prontuário Eletrônico através de protocolo HL7 (exportação de sinais vitais e alarmes). 5. Cibersegurança e Dados O software deve atender aos requisitos modernos de segurança da informação (LGPD e RDC 611/2022): • Autenticação por login e senha com níveis de acesso diferenciados (Administrador, Clínico, Engenharia). • Criptografia de dados sensíveis e comunicação segura. • Geração de Logs de Auditoria (rastreamento de quem alterou configurações ou silenciou alarmes). • Exportação de relatórios em formatos abertos (PDF e CSV). 6. Instalação, Licenciamento e Garantia • Licenciamento de Software: Caso a solução dependa de licenças de uso de software (incluindo sistema operacional, banco de dados, aplicação clínica ou softwares de integração), chaves de ativação ou dispositivos de proteção (hardkeys/dongles), estas deverão ser fornecidas com validade perpétua. Na impossibilidade técnica de licença perpétua, o fornecedor deverá entregar as licenças com validade mínima pré-paga de 10 (dez) anos a partir da data de instalação, isentando o hospital de custos recorrentes, mensalidades ou anuidades de renovação de software durante este período. Instalação: A instalação é de responsabilidade integral do fornecedor, incluindo o fornecimento e passagem de infraestrutura de rede dedicada (switches, cabos de rede CAT6 ou superior, conectores e patch panels) para a comunicação entre os leitos e a central. O hospital proverá apenas a infraestrutura elétrica e os pontos físicos de lógica (passagem de cabos). Garantia e Atualizações: Garantia mínima de 24 meses on-site para peças e serviços. O fornecedor deve garantir atualizações de correções de segurança (patches) e firmware pelo mesmo período. Treinamento: Treinamento operacional e técnico presencial na unidade instalada. Assistência Técnica: Rede autorizada no Brasil com disponibilidade de peças.”

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

481732	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COMPLETO PARA MONITORAMENTO DE PACIENTES.</p> <p>Descrição complementar: O equipamento deverá realizar a monitorização contínua de pacientes críticos, contemplando obrigatoriamente os seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) de 5 vias, frequência cardíaca, saturação periférica de oxigênio por oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI/NIBP), pressão arterial invasiva, temperatura com no mínimo 2 canais, frequência respiratória derivada de curva e capnografia (EtCO2) em tempo real, com curva de forma de onda e valor numérico. Tecnologia de Capnografia: O sistema de capnografia poderá utilizar tecnologia Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases (O2 e N2O), garantindo a precisão da leitura em ambientes de terapia intensiva e centro cirúrgico. Características Técnicas: Deverá possuir tela colorida TFT/LCD de, no mínimo, 12 polegadas de diagonal, além de ajuste de brilho e contraste. Os alarmes deverão ser visuais e sonoros, com prioridade diferenciada em níveis de alta, média e baixa, e possibilidade de silenciamento temporário. O equipamento deverá permitir registro de tendências gráficas e tabulares por no mínimo 96 horas, bem como revisão de eventos e alarmes. Deve possuir porta USB para exportação de dados e atualização de software e porta ethernet. A alimentação elétrica deverá ocorrer em tensão de 220 V ou bivolt automático, com frequência de 50/60 Hz e variação admitida de +/-10%. Deverá dispor de bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos de ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 03 braçadeiras de pressão arterial adulto, 02 pediátricas e 02 neonatais; 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos/transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além de cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Requisitos e Garantia: O monitor deverá atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-49) e possuir registro válido na ANVISA (RDC 751/2022). Deverá ser fornecido manual em língua portuguesa e realizado treinamento presencial no local da instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o conjunto e acessórios reutilizáveis, com assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento de peças originais.</p>
435552	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COM MÓDULO DE CAPNOGRAFIA.</p> <p>Descrição complementar: O equipamento deverá realizar a monitorização contínua de pacientes críticos, contemplando obrigatoriamente os seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) de 5 vias, frequência cardíaca, saturação periférica de oxigênio por oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI/NIBP), pressão arterial invasiva com no mínimo 2 canais simultâneos, temperatura com no mínimo 2 canais, frequência respiratória derivada de curva e capnografia (EtCO2) em tempo real, com curva de forma de onda e valor numérico. Tecnologia de Capnografia: O sistema de capnografia poderá utilizar tecnologia Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases (O2 e N2O), garantindo a precisão da leitura em ambiente de terapia intensiva e centro cirúrgico. Características Técnicas: Deverá possuir tela colorida TFT/LCD de, no mínimo, 12 polegadas de diagonal, com capacidade de exibir simultaneamente 6 curvas, além de ajuste de brilho e contraste. Os alarmes deverão ser visuais e sonoros, com prioridade diferenciada em níveis de alta, média e baixa, e possibilidade de silenciamento temporário. O equipamento deverá permitir registro de tendências gráficas e tabulares por no mínimo 96 horas, bem como revisão de eventos e alarmes. Deve possuir porta USB para exportação de dados e atualização de software e porta ethernet. A alimentação elétrica deverá ocorrer em tensão de 220 V ou bivolt automático, com frequência de 50/60 Hz e variação admitida de $\pm 10\%$. Deverá dispor de bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos de ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 03 braçadeiras de pressão arterial adulto, 02 pediátricas e 02 neonatais; 03 cabos de</p>



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos/transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além de cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Requisitos e Garantia: O monitor deverá atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-49) e possuir registro válido na ANVISA (RDC 751/2022). Deverá ser fornecido manual em língua portuguesa e realizado treinamento presencial no local da instalação. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o conjunto e acessórios reutilizáveis, com assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento de peças originais
459729	Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COMPLETO PARA CENTRO CIRÚRGICO. Descrição complementar: Equipamento Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico, destinado ao monitoramento contínuo de pacientes em procedimentos anestésicos e cirúrgicos. O equipamento deverá monitorar eletrocardiograma (ECG) com no mínimo 5 derivações, frequência cardíaca, oximetria de pulso (SpO2) com curva pletismográfica em tempo real, pressão arterial não invasiva (PNI), pressão arterial invasiva, temperatura corporal em no mínimo 2 canais e capnografia (EtCO2) utilizando tecnologia mainstream (fluxo principal) com curva em tempo real. O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 8 polegadas, com interface gráfica em português. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis por limites superior e inferior, com sistema de silenciamento temporário. Deverá possuir memória interna capaz de armazenar no mínimo 24 horas de tendências gráficas e numéricas, além de porta USB para exportação de dados e/ou conectividade via Ethernet (porta de rede RJ-45) ou wif-fi. A alimentação elétrica deverá ser realizada por fonte bivolt automático (100-240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que garanta autonomia mínima de 120 minutos. Cada unidade deverá ser acompanhada, no mínimo, de 03 cabos ECG de 5 vias adulto, 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis, 02 braçadeiras de PNI adulto, 01 pediátrica e 01 neonatal, 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis, 03 cabos transdutores para pressão invasiva, 02 sensores de EtCO2 mainstream reutilizáveis e 01 cabo de alimentação compatível com a rede elétrica nacional. O equipamento deverá possuir registro na ANVISA conforme RDC nº 751/2022 e atender aos requisitos de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1. Deverão ser fornecidos manuais de operação em português e treinamento presencial para a equipe de saúde no local da instalação em Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses contra defeitos de fabricação.
631626	Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO DE TRANSPORTE PARA PACIENTES CRÍTICOS. Descrição complementar: Equipamento Monitor Multiparamétrico completo para centro cirúrgico, destinado ao monitoramento contínuo de pacientes em procedimentos anestésicos e cirúrgicos. O equipamento deverá monitorar eletrocardiograma (ECG) com no mínimo 5 derivações, frequência cardíaca, oximetria de pulso (SpO2) com curva pletismográfica em tempo real, pressão arterial não invasiva (PNI), pressão arterial invasiva, temperatura corporal em no mínimo 2 canais. Capnografia (EtCO2): O monitor deverá realizar a monitorização contínua do dióxido de carbono exalado (EtCO2), com exibição numérica e curva em tempo real. Serão aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, com as devidas compensações de gases para ambiente cirúrgico (O2 e N2O) Características Técnicas: O monitor deverá possuir tela colorida de no mínimo 8 polegadas, com interface gráfica em português. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis por limites superior e inferior, com sistema de silenciamento temporário. Deverá possuir memória interna capaz de armazenar no mínimo 24 horas de



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	<p>tendências gráficas e numéricas, além de porta USB para exportação de dados e/ou conectividade via Ethernet (porta de rede RJ-45) ou Wi-Fi. A alimentação elétrica deverá ser realizada por fonte bivolt automático (100- 240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que garanta autonomia mínima de 120 minutos. Acessórios mínimos por unidade: 03 cabos ECG de 5 vias adulto; 03 sensores SpO2 adulto reutilizáveis; 02 braçadeiras de PNI adulto, 01 pediátrica e 01 neonatal; 03 cabos de temperatura com sensores reutilizáveis; 03 cabos transdutores para pressão invasiva; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; e 01 cabo de alimentação compatível com a rede elétrica nacional. Certificações e Garantia: O equipamento deverá possuir registro na ANVISA conforme RDC nº 751/2022 e atender aos requisitos de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1. Deverão ser fornecidos manuais de operação em português e treinamento presencial para a equipe de saúde no local da instalação em Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses contra defeitos de fabricação</p>
435548	<p>Descrição: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO.</p> <p>Descrição complementar: Monitor Multiparamétrico de transporte para pacientes críticos com capnografia para uso em ambulâncias de suporte avançado. O monitor deverá ser compacto e leve, com construção robusta e apropriada para transporte em ambulâncias de suporte avançado, apresentando resistência a vibrações e impactos, com grau de proteção mínimo IPX1. Deverá possuir alça de transporte integrada e sistema de fixação compatível com suporte em parede ou maca, com liberação rápida, garantindo segurança e praticidade durante os deslocamentos. A unidade deverá dispor de tela colorida tipo TFT ou LCD com no mínimo 5 polegadas, com ajuste de brilho, permitindo a visualização simultânea de, no mínimo, quatro traçados de curvas e parâmetros numéricos. A interface deverá ser em português, clara e intuitiva, com alarmes sonoros e visuais configuráveis pelo operador. Parâmetros de Monitorização: O equipamento deverá permitir o monitoramento, de forma obrigatória, dos seguintes parâmetros: eletrocardiograma (ECG) com pelo menos 3 derivações, dotado de filtragem de artefatos de transporte; saturação periférica de oxigênio (SpO2), com tecnologia que permita a detecção de baixo pulso, na faixa de 0 a 100%; frequência respiratória, derivada de impedância torácica e/ou capnografia; pressão arterial não invasiva (PNI), com medições automáticas e manuais de valores sistólicos, diastólicos e médios. Capnografia (EtCO2): O monitor deverá realizar a monitorização contínua do dióxido de carbono exalado (EtCO2), com exibição numérica e curva em tempo real. Serão aceitas as tecnologias Mainstream (fluxo principal), Sidestream (fluxo lateral) ou Microstream, garantindo a precisão da leitura em ambiente de transporte pré-hospitalar. Características Técnicas e Autonomia: O equipamento deverá dispor de memória interna para armazenamento de dados e eventos por no mínimo 24 horas Os alarmes deverão ser visuais e sonoros para todos os parâmetros, configuráveis em diferentes níveis de prioridade. O monitor deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1, à norma de compatibilidade eletromagnética ABNT NBR IEC 60601-1-2 e à RDC 751/2022 da ANVISA. A alimentação elétrica deverá ser bivolt automático (100-240 V, 50/60 Hz), com bateria interna recarregável que proporcione autonomia mínima de 4 horas em uso contínuo. Acessórios mínimos por unidade: 01 cabo de ECG adulto de 3 vias; 01 cabo de ECG pediátrico de 3 vias; 01 sensor de SpO2 adulto reutilizável; 01 sensor de SpO2 pediátrico reutilizável; 01 braçadeira para PNI adulto, 01 braçadeira pediátrica e 01 neonatal; sensores, módulos ou linhas de amostragem de EtCO2 compatíveis com a tecnologia ofertada, acompanhados dos respectivos adaptadores de via aérea; além do cabo de alimentação compatível. Treinamento e Garantia: Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial de operação e</p>

EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	manutenção básica no município de Fortaleza/CE. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação
441979	<p>Descrição: OXÍMETRO PORTÁTIL ADULTO PARA MONITORAMENTO DE SATURAÇÃO.</p> <p>Descrição complementar: "Equipamento Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação de oxigênio, indicado para acompanhamento contínuo ou intermitente da SpO₂ e da frequência de pulso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deverá operar pelo princípio da oximetria de pulso não invasiva, com tecnologia microprocessada, capaz de monitorar continuamente os parâmetros citados. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 0 a 100%, com precisão mínima de $\pm 2\%$ na faixa de 70 a 100%, e a faixa de frequência de pulso de 30 a 250 bpm, com precisão de ± 3 bpm. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais programáveis para limites superior e inferior de SpO₂ e frequência de pulso, além de alarme de desconexão do sensor. Deverá dispor de tela colorida ou monocromática de, no mínimo, 5" para exibição simultânea de valores numéricos de SpO₂ e frequência de pulso, bem como da onda plestimográfica em tempo real. O sistema deverá contar com armazenamento interno de dados por, no mínimo, 12 horas, permitindo a revisão no próprio equipamento, além de indicação da qualidade do sinal e do índice de perfusão. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), bem como possuir registro na ANVISA em atendimento à RDC 751/2022. Cada unidade fornecida deverá acompanhar, no mínimo: 02 sensores SpO₂ adulto reutilizáveis, 01 sensor pediátrico reutilizável, 01 sensor neonatal reutilizável, 01 cabo de extensão compatível e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz, bivolt automático). Deverão ser fornecidos manuais em português em meio físico e digital. A garantia mínima será de 12 (doze) meses."</p>
441977	<p>Descrição: <i>oxímetro de mesa adulto: monitor de saturação de oxigênio, não invasivo de mesa para uso adulto tela lcd, monitorização simultânea da frequência cardíaca (pulso periférico) e da saturação de oxigênio. apresentação da onda plestimográfica e valores digitais dos parâmetros monitorizados. apresentação com mensagens de sensor fora do paciente; sinal fraco; interferência luminosa. tendência (evolução) de até 24 horas, apresentada no próprio display. faixa de medições para saturação - 0 - 100% e para frequência cardíaca 30 - 250 bpm. sistema de alarmes sonoro e visual com limites máximos e mínimos ajustáveis para ambos os parâmetros monitorizados. bateria selada embutida, recarregável automaticamente com autonomia de até 2 horas. interface serial rs232 ou usb para comunicação com computador, impressoras, etc. 02 (dois) sensores de dedo adulto fabricado em plástico de alta resistência apropriado para utilização em pacientes adultos. alimentação automática: 110/220v.</i></p> <p>Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado ao monitoramento não invasivo da saturação periférica de oxigênio (SpO₂) e da frequência de pulso em pacientes adultos. Deve utilizar tecnologia de oximetria de pulso por fotopletismografia, com leitura através de sensor digital integrado ao corpo do equipamento, do tipo clipe para dedo (finger clip), com visor localizado no próprio clipe. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 35% a 100%, com precisão de $\pm 2\%$ no intervalo de 70% a 100%, sendo que valores abaixo de 70% não necessitam de especificação de precisão. A faixa de medição da frequência de pulso deverá ser de 30 a 250 bpm, com precisão de ± 2 bpm ou $\pm 2\%$ da leitura, prevalecendo o maior valor. O equipamento deverá possuir visor digital no próprio clipe, capaz de apresentar simultaneamente, no mínimo, os parâmetros</p>



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	<p>SpO₂ e frequência de pulso, em caracteres de fácil visualização. Deve dispor ainda de indicação gráfica por meio de barra indicadora da intensidade do pulso. A alimentação deverá ser feita por pilhas AAA ou bateria interna recarregável, de fácil substituição ou recarga, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo. Deverá atender às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), além de possuir registro junto à ANVISA como equipamento médico. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 01 conjunto de pilhas recarregáveis ou cabo de alimentação (quando aplicável) e 01 estojo de transporte. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual do usuário em meio físico e digital, em português. Não será exigido treinamento, por se tratar de equipamento de uso simplificado. O fornecedor deverá garantir o equipamento por, no mínimo, 12 (doze) meses."</p>
441985	<p>Descrição: <i>oxímetro de mesa (portátil) neonatal monitor de saturação de oxigênio, não invasivo de mesa para uso neonatal tela lcd, monitorização simultânea da frequência cardíaca (pulso periférico) e da saturação de oxigênio. apresentação da onda pletismográfica e valores digitais dos parâmetros monitorizados. apresentação com mensagens de sensor fora do paciente; sinal fraco; interferência luminosa. tendência (evolução) de até 24 horas, apresentada no próprio display. faixa de medições para saturação: 0 - 100% e para frequência cardíaca 30 - 250 bpm.</i></p> <p>Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à aferição não invasiva e imediata da saturação periférica de oxigênio (SpO₂) e da frequência de pulso em recém-nascidos, no formato tipo clipe integrado, com display no próprio corpo do sensor. Deverá possuir faixa de medição de SpO₂ de 70 a 100%, com precisão mínima de ±2% no intervalo de 70 a 100%, e faixa de medição de frequência de pulso de no mínimo 30 a 250 bpm, com precisão mínima de ±3 bpm. O display deverá estar localizado no próprio clipe, possuir tecnologia OLED ou LCD, com tamanho mínimo de 0,8" e permitir a visualização simultânea dos valores de SpO₂ e da frequência de pulso. O equipamento deverá dispor de alarmes visuais para indicação de valores fora da faixa, admitindo-se alarme sonoro apenas quando disponível comercialmente. A alimentação deverá ser feita por bateria interna recarregável ou pilhas recarregáveis, com autonomia mínima de 6 (seis) horas de funcionamento contínuo. O equipamento deverá ser leve, com peso inferior a 100 g, adequado ao uso em recém-nascidos. O oxímetro deverá estar em conformidade com as normas de segurança ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Deverá acompanhar carregador (quando aplicável) e manual em português em meio físico e digital. O fornecedor deverá garantir assistência técnica e cobertura de garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão de obra."</p>
441987	<p>Descrição: OXÍMETRO PORTÁTIL NEONATAL PARA MONITORAMENTO DE SATURAÇÃO EM RECÉM-NASCIDOS.</p> <p>Descrição complementar: "Equipamento Oxímetro de Mesa para monitoramento de saturação de oxigênio, indicado para acompanhamento contínuo ou intermitente da SpO₂ e da frequência de pulso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O equipamento deverá operar pelo princípio da oximetria de pulso não invasiva, com tecnologia microprocessada, capaz de monitorar continuamente os parâmetros citados. A faixa de medição da SpO₂ deverá ser de 0 a 100%, com precisão mínima de ±2% na faixa de 70 a 100%, e a faixa de frequência de pulso de 30 a 250 bpm, com precisão de ±3 bpm. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais programáveis para limites superior e</p>



EDITAL Nº 11207 | PROCESSO ADM. Nº P514480/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2026 | UASG: 927744

	<p>inferior de SpO₂ e frequência de pulso, além de alarme de desconexão do sensor. Deverá dispor de tela colorida ou monocromática de, no mínimo, 5" para exibição simultânea de valores numéricos de SpO₂ e frequência de pulso, bem como da onda plestimográfica em tempo real. O sistema deverá contar com armazenamento interno de dados por, no mínimo, 12 horas, permitindo a revisão no próprio equipamento, além de indicação da qualidade do sinal e do índice de perfusão. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética), bem como possuir registro na ANVISA em atendimento à RDC 751/2022. Cada unidade fornecida deverá acompanhar, no mínimo: 02 sensores SpO₂ adulto reutilizáveis, 01 sensor pediátrico reutilizável, 01 sensor neonatal reutilizável, 01 cabo de extensão compatível e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz, bivolt automático). Deverão ser fornecidos manuais em português em meio físico e digital. A garantia mínima será de 12 (doze) meses."</p>
367257	<p>Descrição: CAPNÓGRAFO PORTÁTIL NEONATAL.</p> <p>Descrição complementar: Equipamento Capnógrafo Portátil Neonatal – aplicação: monitoramento contínuo da concentração de dióxido de carbono no ar exalado (EtCO₂) em pacientes neonatais, para acompanhamento ventilatório e suporte clínico em unidades de terapia intensiva neonatal. O equipamento deverá utilizar tecnologia por espectrofotometria de infravermelho não dispersivo (NDIR), com tempo de resposta do sensor de no máximo 2 segundos, operando em modo microstream ou sidestream adequado ao perfil neonatal, com taxa de fluxo de amostragem igual ou inferior a 50 mL/min. A faixa de medição deverá ser de 0 a 150 mmHg (0 a 20%), com resolução mínima de 0,1 mmHg e precisão de ± 2 mmHg ou ± 5% da leitura, apresentando valor numérico de EtCO₂, curva capnográfica em tempo real e frequência respiratória derivada do CO₂ na faixa de 5 a 150 rpm. O capnógrafo deverá dispor de tela colorida com no mínimo 3,5 polegadas, com boa visualização em diferentes condições de luminosidade, e apresentar alarmes visuais e sonoros programáveis para hipercapnia, hipocapnia, ausência de respiração e falhas técnicas. A alimentação deverá ser por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 6 horas, e por rede elétrica bivolt automático (100–240V). O equipamento deverá possuir memória interna para armazenamento de registros por pelo menos 24 horas e porta USB ou equivalente para exportação de dados. Deverão acompanhar o fornecimento, no mínimo, 20 linhas de amostragem neonatal descartáveis, cabo de alimentação, carregador compatível e bolsa de transporte. O equipamento deverá atender integralmente à RDC ANVISA nº 751/2022, à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e IEC 60601-2-55 (requisitos específicos para monitores de gases respiratórios). O fornecedor deverá disponibilizar manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 24 meses</p>

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número CHUGMWFA

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5328840 e código CHUGMWFA

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: